



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

LUCAS VIEIRA DE SOUZA

**DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO MUNICIPAL:
O caso de Caaporã - PB**

**JOÃO PESSOA
2015**

LUCAS VIEIRA DE SOUZA

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO MUNICIPAL:
O caso de Caaporã - PB

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Economia.

Orientadora: Prf^a Dr^a Wanderleya dos Santos Farias

JOÃO PESSOA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729d Souza, Lucas Vieira de.

Desenvolvimento socioeconômico municipal: o caso de Caapora - PB. / Lucas Vieira de Souza. – João Pessoa: UFPB, 2015.
57f.:il

Orientador (a): Prof^ª. Dr^ª. Wanderleya dos Santos Farias.
Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA.

1. Desenvolvimento municipal. 2. Gestão fiscal. 3. Caaporã - PB.
I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 330.34:352(043.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA

Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia do aluno Lucas Vieira de Souza, matrícula 11113863, intitulada “Desenvolvimento socioeconômico municipal: o caso de Caaporã-PB, foi submetida à apreciação da comissão examinadora, composta pelos seguintes professores: Prof^a. Dr. Wanderleya dos Santos Farias (orientadora); Prof^a. Dr. Rejane Gomes Carvalho (examinadora); Prof^a. Dr. Márcia Cristina Silva Paixão (examinadora), no dia ____/____/_____, às _____ horas, no período letivo de 2014.2.

A monografia foi _____ pela Comissão Examinadora e obteve nota (____) _____.

Reformulações sugeridas: Sim () Não ()

Atenciosamente,

Prof.^a. Dra. Wanderleya dos Santos Farias
(Orientadora)

Prof.^a. Dra. Rejane Gomes Carvalho
(Examinadora)

Prof.^a. Dra. Márcia Cristina Silva Paixão
(Examinadora)

Cientes,

Prof. Ms. Ademário Félix de Araújo Filho
Coordenador de Monografia

Prof. Dr. Sinézio Fernandes Maia
Chefe do Departamento de Economia

Lucas Vieira de Souza
Aluno

*Dedico este Trabalho a minha mãe. Seu apoio
é de fundamental importância em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, ao me manter de pé frente aos desafios que a vida apresenta.

À minha mãe Luzinete, que sempre esteve ao meu lado. Agradeço a Deus por ter colocado-a em minha vida. Seu amor incondicional, sua dedicação e sua garra farão com que seus ensinamentos jamais sejam esquecidos.

Aos meus irmãos Cyntia, Júnior e Suelem, que quando preciso, estendem as mãos para ajudar.

Aos componentes do alicerce fundamental da vida, meus familiares, que estão sempre presentes em minha trajetória.

À Nárgila, companheira de todas as horas, pelo amor, incentivo e paciência que tem comigo.

A minha orientadora Prof^a Wanderleya Farias, que através de seus estudos, fez-me despertar as questões referentes aos determinantes do bem estar das pessoas. Agradeço ainda, pela preocupação e paciência.

À Dona Silvia, pelo apoio e carinho dados nesta caminhada.

A todos os amigos, em especial a meu primo Wagner Souza e Yaggo Sullivan.

E a todos que contribuíram para a realização dessa etapa em minha vida, o meu muito obrigado!

RESUMO

O objetivo desse trabalho monográfico é discutir o desenvolvimento municipal de Caaporã e examinar seu perfil social e econômico no período de 2000 a 2013. Pretende-se, também, analisar a municipalização dos objetivos do desenvolvimento do Milênio. A cidade de Caaporã está localizada na microrregião do Litoral Sul paraibano. Na fase mais recente, o aludido município tem passado por algumas alterações em sua base produtiva com a instalação de grandes unidades industriais. Quanto à perspectiva metodológica, o estudo constitui uma pesquisa descritiva e exploratória feita a partir de dados coletados em fontes secundárias e na leitura de algumas referências bibliográficas. As concepções de desenvolvimento elaboradas por autores como Joseph Stiglitz e Amartya Sen, que trazem uma crítica ao Consenso de Washington, balizaram o suporte teórico desse estudo. Os resultados analíticos alcançados demonstraram que Caaporã ocupou lugar de destaque entre os municípios paraibanos em relação ao IFDM emprego e renda e apresentou melhoria na qualidade e no acesso à educação. No entanto, verificou-se uma situação de fragilidade na área da saúde, onde o município exibiu os piores resultados em sua microrregião. No que se reporta ao acompanhamento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os níveis de pobreza e de desnutrição da população da referida localidade experimentaram uma melhora considerável. A proporção da população que vivia abaixo da linha da pobreza foi reduzida à metade no período histórico estudado. Quanto a evolução das finanças públicas municipais, percebeu-se a ampliação das receitas orçamentárias, resultante principalmente dos repasses das transferências intergovernamentais. Contudo, o município apresentou um baixo percentual de geração de receita própria em relação a receita tributária total.

Palavras-chave: Desenvolvimento municipal; Gestão fiscal; Caaporã - PB.

ABSTRACT

The objective of this monograph is to discuss the municipal development of Caaporã City and to examine its economic and social profile from 2000 to 2013. It is also intended to analyze municipalization of the Millennium development objectives. The Caaporã City is located in the region of South Coast of Paraíba. In the latest phase, the city has passed by some changes in its productive base with the installation of large industrial units. As to methodological perspective, the study constitutes a exploratory and descriptive search made from data collected in secondary sources and in the reading of some bibliographic references. The development conceptions elaborated by authors as Joseph Stiglitz and Amartya Sen, that bring a criticism of Washington Consensus, baptized the theoretical support of this study. The analytical results obtained showed that Caaporã occupied great place among the cities of Paraíba in relation to IFDM job and income and showed improvement in quality and access to education. But it was found a situation of fragility in healthy area and the city showed the worst results in its region. In which refers to accompaniment of targets of The Millennium development objectives, the levels of poorness and malnutrition of population experienced a considerable improvement. The proportion of population that lived below of poorness line was reduced by half in the historical period studied. As the evolution of municipal public finances, realized up the extension of budget revenues, resulting mainly of passes of intergovernmental transfers. However, the city showed a low percentage of generation of own revenue compared to total tax revenue.

Keywords: Municipal Development; Fiscal management; Caaporã-PB.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização geográfica do município de Caaporã – PB	34
Figura 2 – Praça local do município de Caaporã – PB	35
Figura 3 - Vista panorâmica da unidade industrial da Destilaria Tabú, Caaporã - PB	35

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produto Interno Bruto a preços correntes – 2000 a 2012 (R\$ 1000)	36
Gráfico 2 - Valor adicionado a preços correntes por setores no PIB de Caaporã - 2012 (R\$ 1000)	36
Gráfico 3 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o município de Caaporã - 2005 a 2013	38
Gráfico 4 - Distorção idade-série no ensino fundamental e médio para o município de Caaporã – 2006 e 2013 (%).....	39
Gráfico 5 - Proporção da renda apropriada pelos 20% mais ricos e 20% mais pobres no município de Caaporã – 2000 e 2010	40
Gráfico 6 - Percentual da população de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução e sexo - 2010.....	42
Gráfico 7 - Receita e despesa orçamentária do município de Caaporã 2000 a 2010 (Em R\$) – ano base 2010	45
Gráfico 8 - Caaporã: receita tributária própria 2000 a 2010 (Em R\$) – ano base 2010	47
Gráfico 9 - Caaporã: evolução e composição da receita própria 2000 a 2010 (Em R\$) ano base 2010.....	48
Gráfico 10 - Caaporã: Despesa por função 2000 e 2005 (Em R\$) – ano base 2010	48
Gráfico 11 - Caaporã: Despesa por função 2006 e 2010 (Em R\$) – ano base 2010	50
Gráfico 12 - Receita corrente e despesa com pessoal para o município de Caaporã 2000 a 2010 (Em R\$) – ano base 2010	52

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis e respectivos pesos que compõem o IFDM	18
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Classificações do resultado do IFGF.....	21
Tabela 2 - Resultados do IFDM e respectivas posições nos rankings estadual e nacional para o município de Caaporã de 2005 a 2011.....	37
Tabela 3 - Caaporã: composição da receita tributária 2000 a 2004 (Em R\$) – ano base 2010...	46
Tabela 4 - Caaporã: composição da receita tributária 2005 a 2010 (Em R\$) – ano base 2010...	46
Tabela 5 - Resultados do IFGF e respectivas posições nos rankings estadual e nacional para o município de Caaporã de 2005 a 2011.....	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
FINBRA	Finanças Brasil
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFDM	Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal
IFGF	Índice FIRJAN de Gestão Fiscal
IGP-DI	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SIH	Sistema Internações Hospitalares
SIM	Sistemas de Informação sobre Mortalidade
SINASC	Bancos de Dados sobre os Nascidos Vivos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Objetivos.....	14
1.2 Justificativa	15
2 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	17
2.1 Fontes bibliográficas e de dados secundários	17
2.1.1 Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal	17
2.1.2 Índice FIRJAN de gestão fiscal	20
2.1.3 Objetivos de desenvolvimento do milênio	22
2.1.4 Dados sobre as finanças públicas do município	23
2.2 Justificativa de recorte espacial e temporal	25
3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	26
3.1 A globalização e a crítica às políticas macroeconômicas de desenvolvimento	26
3.2 O PNUD e os objetivos de desenvolvimento do milênio	31
4 RESULTADOS ANALÍTICOS	35
4.1 O desenvolvimento municipal de Caaporã.....	35
4.2 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	41
4.3 Finanças públicas do município	46
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS.....	57

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade existem 5.570 municípios no Brasil¹. Essas unidades federativas apresentam aspectos culturais, geofísicos e socioeconômicos bastante variados. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), o país tinha um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de apenas 0,493 em 1991, um patamar considerado muito baixo se comparado aos padrões médios internacionais. Após a realização de alguns esforços que envolveram a articulação dos três níveis de governo, de representações da sociedade civil e de organismos multilaterais, o Brasil conseguiu ampliar esse indicador que alcançou 0,744 em 2013.

Entretanto, verifica-se que persistem desigualdades quando se observa estados que são formados por um grande contingente de pequenos municípios com bases produtivas pouco dinâmicas e com frágil geração de emprego e renda para a população local. Na Paraíba, onde predominam municípios com população que chegam até 20.000 habitantes, ainda se observa distorções em algumas realidades locais como elevado nível de pobreza, gastos públicos que excedem a capacidade de arrecadação e poucas oportunidades de trabalho.

É nessa perspectiva de análise que se pretende discutir o desenvolvimento municipal da cidade de Caaporã bem como as características sociais e econômicas de sua população no período de 2000 a 2013. O município vem passando, na fase mais atual, por algumas alterações em sua base produtiva com a instalação de grandes unidades de produção. Segundo o Jornal da Paraíba², Caaporã será palco de atração de diversos investimentos produtivos.

As inversões nessa localidade estão, em certa medida, associadas ao dinamismo industrial observado, nos últimos anos, na zona de desenvolvimento da Mata Norte Pernambucana.³ A cidade de Caaporã fica próxima dessa região e absorve algumas externalidades decorrentes da implantação de polos industriais nos segmentos automobilístico, químico e de vidros.

Diante de tal evidência empírica, percebe-se a importância de estudos que analisem a

¹ PORTAL BRASIL. Cresce número de municípios no Brasil. 30 jul 2014. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/06/cresce-numero-de-municipios-no-brasil-em-2013>>. Acesso em 05 fev. 2015

² GREGÓRIO, Jean. Divisa cheia de oportunidades. **Jornal da Paraíba**. João Pessoa, 15 jun 2014. Economia, p. 1.

³ Conforme o Censo Demográfico 2010 IBGE, a Região de Desenvolvimento Mata Norte Pernambucana tem uma área de 8.404,5 km² e é constituída por 19 municípios: Aliança, Buenos Aires, Camutanga, Carpina, Chã de Alegria, Condado, Ferreiros, Gloria de Goita, Goiana, Itambé, Itaquitinga, Lagoa de Itaenga, Lagoa do Carro, Macaparana, Nazaré da Mata, Paudalho, Timbaúba, Tracunhaém e Vicência. Nessa região, vive uma população de 577.191 habitantes, sendo 441.303 habitantes na área urbana e 135.888 habitantes na zona rural.

dinâmica econômica e social de pequenos municípios que vêm experimentando alterações em sua base produtiva uma vez que o conhecimento dessas realidades locais pode contribuir para a efetividade das políticas públicas.

O aquecimento da economia com a consequente geração de empregos e a elevação do produto e da renda não constitui condição suficiente para uma determinada sociedade apresentar desenvolvimento humano. Assim, faz-se necessário não apenas o crescimento econômico, mas o seu gerenciamento e melhor distribuição das oportunidades para a melhoria da qualidade de vida. (UNDP, 1990).

Para o delineamento das análises propostas, estruturou-se o aludido estudo da seguinte forma. Além dessa introdução, o segundo capítulo trata dos aspectos metodológicos que serviram de sustentação para a pesquisa empírica. O terceiro capítulo apresenta a base teórica que norteou a noção de desenvolvimento municipal em seus matizes social e econômico. No quarto capítulo, são abordados os principais resultados analíticos do estudo. O quinto capítulo destaca as considerações finais e, em seguida, apresentam-se as referências que balizaram o referido trabalho monográfico.

1.1 Objetivos

Objetivo geral

- Analisar o nível de desenvolvimento municipal na cidade de Caaporã, no período de 2000 a 2013, a partir dos aspectos relacionados ao seu perfil social e econômico.

Objetivos específicos

- Examinar as características da base produtiva de Caaporã e seus índices de desenvolvimento municipal.
- Observar os aspectos sociais e demográficos do município no que se refere aos objetivos do desenvolvimento do Milênio.
- Analisar a gestão fiscal do município com relação à capacidade de estimular o desenvolvimento local.

1.2. Justificativa

O tema desenvolvimento socioeconômico adquiriu grande relevância nas últimas décadas principalmente quando o expressivo crescimento da pobreza passou a chamar atenção de especialistas de várias áreas de conhecimento de agências multilaterais como o Banco Mundial. Percebia-se que o processo de globalização tinha produzido a maior interação produtiva, financeira e comercial dos países, mas tinha gerado, também, exclusão social.

Joseph Stiglitz (1998) foi um dos teóricos que ressaltou os equívocos das políticas macroeconômicas que haviam sido executadas em vários países nos anos oitenta a partir do que ficou conhecido como Consenso de Washington. O autor argumenta que as políticas se amparavam na estabilidade dos preços e no crescimento econômico, mas foram inadequadas em transformar a sociedade, uma vez que não houve uma melhora das condições de vida de grande parte da população.

Para Stiglitz (1998), os malefícios do processo da globalização evidenciavam que era necessária uma nova alternativa de desenvolvimento que contemplasse a ampliação da qualidade de vida das pessoas e que permitisse compreender os determinantes das condições, habilidades e liberdades do ser humano.

O desenvolvimento representa uma transformação da sociedade, uma mudança das relações tradicionais, das maneiras tradicionais de pensar, das maneiras tradicionais de lidar com a saúde e a educação, dos métodos tradicionais de produção, em favor de meios mais "modernos". (STIGLITZ, 1998, p. 2).

O Brasil possui a 7^a maior economia do mundo⁴ enquanto ocupa a 79^o posição no ranking dos maiores IDH, fato que evidencia uma realidade permeada por contrastes sociais e problemas distributivos. As questões sociais e econômicas do país apresentam maiores distorções quando se analisa a dinâmica das regiões marcadas historicamente por elevados níveis de pobreza como o Nordeste. Esse aspecto ressalta a importância de políticas públicas voltadas para uma oferta mais eficiente de educação, saúde, segurança, mobilidade urbana, entres outros aspectos que visem o bem-estar da população.

De acordo com Abrucio e Couto (1996), a partir da Constituição de 1998, com o processo de descentralização das responsabilidades entre as esferas governamentais, os municípios passaram a ter crescente importância na gestão das políticas em âmbito municipal, juntamente com o diálogo da mobilização social pró desenvolvimento. Tais atores são

⁴ Fonte: Relatório do Programa de Comparação Internacional, divulgado pelo Banco Mundial em 2014.

essenciais, dado que, “é na esfera local que os problemas são melhores identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar a solução mais adequada” (FRANCO, 1998, p.8).

Partindo-se da concepção de desenvolvimento como um fenômeno que concorre para a transformação da sociedade, o estudo em torno da cidade de Caaporã se justifica porque será possível compreender os determinantes das condições sociais e econômicas dessa realidade local. Por outro lado, o exame mais consistente dessa localidade permitirá também observar se a gestão pública local está contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo constitui uma pesquisa aplicada em torno do desenvolvimento socioeconômico local. O recorte espacial é a cidade de Caaporã, um município do estado da Paraíba. No que se reporta aos objetivos, o estudo é descritivo exploratório, pois procura descrever as características dos fenômenos reais que se apresentam no contexto local, neste caso, o cenário recente do desenvolvimento do município de Caaporã.

Nesse aspecto, Gil (2008) ressalta a sistematização da coleta de dados em estudos descritivos para a identificação e o relato da realidade, não interferindo ou manipulando o pesquisador nos fatos observados. A abordagem proposta dá subsídios ao estudo, uma vez que se ampara no levantamento, tratamento e análise de estatísticas sociais e econômicas.

As análises são feitas a partir de dados coletados em fontes oficiais e confiáveis que captam, em diferentes âmbitos, as variáveis que impactam e que refletem as condições de vida da população inserida num cenário de transformações que vivencia a determinada região em estudo. Os indicadores analisados são oriundos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Sistema FIRJAN e do Portal ODM que correspondem a informações a respeito das atividades produtivas, dos aspectos socioeconômicos e das finanças públicas, bem como sua eficiência. Mais à diante estão detalhados os indicadores utilizados nesta pesquisa.

2.1 Fontes bibliográficas e de dados secundários

A seguir, são apresentados os indicadores coletados e suas respectivas metodologias, bem como suas fontes. Por meio destes, buscar-se-á captar as situação das variáveis do nível do desenvolvimento local.

2.1.1 *Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal*

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é referência na análise do quadro evolutivo das variáveis básicas que determinam o patamar do desenvolvimento socioeconômico. É utilizado como *proxy* de mensuração do desenvolvimento dos mais de 5.000 municípios brasileiros, uma vez que capta os níveis de qualidade da oferta e acesso à

saúde e educação, e da capacidade de geração de emprego e de renda. É elaborado pelo Sistema da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro e divulgado com periodicidade anual.

O índice subdivide-se em três: IFDM-Emprego&Renda, IFDM-Educação e IFDM-Saúde, as variáveis e respectivos pesos que os compõem, estão indicadas a seguir, no Quadro 1:

Quadro 1 - Variáveis e respectivos pesos que compõem o IFDM

IFDM – EPREGO&RENDA						
ÁREA	EMPREGO (50%)					
INDICADORES	Crescimento Real no Ano	Crescimento Real no Triênio		Formalização do Mercado de Trabalho		
PESOS	10%	10%		30%		
ÁREA	RENDA (50%)					
INDICADORES	Crescimento Real no Ano	Crescimento Real no Triênio		Massa Salarial	Gini da Renda	
PESOS	10%	10%		15%	15%	
IFDM – EDUCAÇÃO						
ÁREA	ENSINO INFANTIL	ENSINO FUNDAMENTAL				
INDICADORES	Atendimento Educação Infantil	Distorção Idade Série	Percentual Docentes com Curso Superior	Média de Horas-Aula Diárias	Taxa de Abandono	Média IDEB
PESOS	20%	10%	15%	15%	15%	25%
IFDM – SAÚDE						
ÁREA	ATENÇÃO BÁSICA					
INDICADORES	Mínimo de 7 Consultas Pré-Natal por Nascido Vivo (%)	Taxa de Óbito de Menores de 5 Anos por Causas Evitáveis		Óbitos de Causas mal definidas	Internações Evitáveis por Atenções Básicas	
PESOS	25%	25%		25%	25%	

Fonte: Estruturado a partir de FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2014)

Para a avaliação do ambiente do mercado formal de trabalho o IFDM leva os aspectos de emprego e renda, ambos com 50% no peso para a composição do índice, assim:

[...] na dimensão Emprego, a conjuntura é retratada pelas taxa de crescimento do emprego formal no ano base e no último triênio, enquanto a parte estrutural fica a cargo do grau de formalização do mercado de trabalho local, medido através da relação entre o estoque de trabalhadores com carteira assinada e a população em idade ativa do município. Por sua vez, a dimensão Renda é composta pelas taxas de crescimento da renda média no ano base e no último triênio, representando os componentes conjunturais, bem como por dois indicadores estruturais: Gini da renda, que ilustra a concentração da

renda no mercado formal de trabalho, e massa salarial, que mede a relevância econômica do município e, portanto, seu potencial de servir como vetor de desenvolvimento para outros municípios. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014, p.3).

Portanto, o indicador capta o aumento do fluxo da renda, melhoria do acesso ao crédito, aumento do recolhimento de tributos e melhores condições de trabalho. Reiff, Santo e Rocha (2007) ressaltam a importância da taxa de emprego formal de uma sociedade, a qual impacta diretamente a qualidade de vida, além de gerar benefícios sobre as condições do trabalho não formal. Os dados para elaboração do indicador são oriundos do Ministério do Trabalho e Emprego, através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), bem como estimativas oficiais para população do IBGE. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014).

O IFDM-Educação leva em consideração aspectos básicos qualitativos da educação ofertada nos municípios brasileiros, de acordo com suas competências constitucionais, das quais, a educação infantil e o ensino fundamental.

A respeito do ensino infantil, o indicador leva em conta o número de matrículas em creches e pré-escolas, comparadas ao número de crianças com faixa etária adequada a esse nível de ensino, com base nos dados do Censo Escolar. No tocante ao ensino fundamental, o índice procura avaliar não a quantidade de alunos presentes na escola, mas o quanto aprendem nela. Para tal modalidade de ensino é atribuído peso de 80%, distribuído entre seus cinco indicadores. Os 20% restantes, são atribuídos ao ensino infantil pelo poder de influenciar o aprendizado futuro. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, é a fonte de dados para a construção do indicador.

O IFDM-Saúde aborda os cuidados básicos de saúde ofertados à população. Por sua vez, indicadores de saúde são delicados, uma vez que frequentemente os pacientes são atendidos em municípios os quais não residem, além da sub ou super notificação dos registros, mesmo obrigatórios e municipalizados. Por isso o IFDM-Saúde leva em consideração variáveis que representam o processo de assistência à saúde prioritário e que devem estar presentes em todos os municípios brasileiros:

- atendimento pré-natal, que mensura a qualidade do atendimento à gestante;
- óbitos mal definidos, que segundo Santo (2008) permite fazer inferência a respeito da atenção médica e o acesso aos serviços de saúde à população, que no geral é

proporcional a qualidade de preenchimento das declarações de óbitos;

- óbitos infantis por causas evitáveis, indicador esse bastante sensível a qualidade da atenção básica à saúde, e;
- internações sensíveis a atenção básica, o qual capta o número de internações hospitalares que poderiam ser evitadas caso o acesso a serviços básicos de atenção à saúde tivessem sido realizados, como em casos de hipertensão e anemia, por exemplo.

Cada um dos quatro indicadores possuem pesos iguais na composição do índice. As informações que compõe o IFDM-Saúde possuem origem dos Sistemas de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Sistema Internações Hospitalares (SIH), e dos bancos de dados sobre os Nascidos Vivos (SINASC), todos do DATASUS, do Ministério da Saúde.

O IFDM varia entre 0 e 1, e quanto mais próximo da unidade, maior o grau de desenvolvimento da região. Seus resultados são divididos em quatro categorias: **baixo estágio de desenvolvimento** quando a região apresenta IFDM entre 0 a 0,4; **desenvolvimento regular**, entre 0,4 a 0,6; **desenvolvimento moderado** quando situado entre 0,6 e 0,8; e apresenta **alto estágio de desenvolvimento** se possuir nota entre 0,8 e 1,0. O IFDM por utilizar apenas dados de órgãos públicos oficiais, possui uma defasagem em sua publicação de três anos. Sua análise também é utilizada para os âmbitos estadual e nacional.

2.1.2 Índice FIRJAN de gestão fiscal

O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF), criado em 2012 pelo Sistema FIRJAN, tem o objetivo de analisar a forma como os tributos pagos são gerenciados pelas prefeituras e, por conseguinte, a qualidade com que os benefícios retornam à sociedade. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).

O IFGF é decomposto em 5 esferas: IFGF-Receita Própria, IFGF-Gastos com Pessoal, IFGF-Investimentos, IFGF-Liquidez e IFGF-Custo da Dívida, sendo as quatro primeiras com 22,5% de peso no índice geral e a última contribui com 10%. Cada subdivisão varia entre zero e um, assim como o índice global. A interpretação de seus resultados está descrita na Tabela 1, e quanto mais próximo da unidade, melhor a gestão no ano observado:

Tabela 1 - Classificações do resultado do IFGF

Conceitos	Intervalos
A (Gestão de Excelência)	resultados superiores a 0,8 pontos
B (Boa Gestão)	resultados entre 0,6 e 0,8 pontos
C (Gestão em Dificuldade)	resultados entre 0,4 e 0,6 pontos
D (Gestão Crítica)	resultados inferiores a 0,4 pontos

Fonte: Estruturado a partir de FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2014)

O IFGF-Receita Própria capta o potencial de geração de recursos no próprio município, o que evidencia o grau de dependência do mesmo em relação a transferências de recursos a partir de esferas governamentais mais elevadas. Dado que o sistema federativo prevê transferências e que os municípios brasileiros não são 100% responsáveis por suas receitas, neste indicador, os responsáveis pela geração de mais de 50% de suas receitas correntes subtraídas de suas transferências, recebem nota máxima.

Os gastos com pessoal significam uma rigidez de parte dos gastos das esferas governamentais, Velloso (2006) ressalta que não se pode diminuir ou deixar de pagar as remunerações e aposentadorias de servidores, assim, estes recursos não podem ser alocados de outra maneira, como em investimentos. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), limita em 60% esse tipo de dispêndio em relação a receita corrente líquida para os estados e municípios (BRASIL, 2000). O IFGF-Gasto com pessoal atribui nota máxima quando o município utiliza a metade do teto estipulado pela LRF para com essa modalidade de gasto (30%), e mínima, quando ultrapassa o limite.

Quando os municípios apresentam mais de 20% de seus gastos, em relação a receita corrente líquida, em investimentos que busquem melhoria do bem estar da população e que estimulem a economia local, o IFGF-Investimentos atribui nota máxima. Ao apresentarem percentuais inferiores a este, as notas são escalonadas entre o intervalo de 0 a 1.

No último ano de mandato, os governantes municipais ficam impedidos de contraírem dívidas as quais não possam ser cobertas pelos ativos financeiros disponíveis⁵. Tal aspecto é avaliado pelo IFGF-Liquidez e quanto mais próximo da unidade o seu resultado, maior a credibilidade do gerenciamento dos recursos em caixa, e caso possua mais dívidas do que sua capacidade de pagamento no começo do ano, é atribuído ao mesmo nota zero.

⁵ Art. 42 da LRF: “É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito”.

Já o IFGF-Custo da Dívida analisa o grau de comprometido das receitas líquidas com os encargos da dívida, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela resolução nº 43 do Senado Federal, que estabelece o limite como sendo 13% da receita líquida real:

Assim, os valores compreendidos entre 0 e esse percentual são escalonados para o cálculo do índice. Quanto mais próximo de 1,00, menor o comprometimento dos recursos da prefeitura com juros e amortizações referentes a empréstimos contraídos em anos anteriores. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Os dados a respeito das finanças públicas municipais, utilizados para a elaboração do índice, possuem origem do banco de dados “Finanças Brasil” (FINBRA), principal fonte de dados a respeito da administração pública de municípios e estados, o qual é composto por estatísticas referentes a ativos e passivos, despesas e receitas, fornecidas pelas próprias entidades governamentais.

2.1.3 Objetivos de desenvolvimento do milênio

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, conhecidos como ODM ou “oito maneiras de mudar o mundo” representam um acordo comum entre 189 Estados-membros da Organização das Nações Unidas, estabelecido em 2000, na Cúpula do Milênio. Esse acordo traz o compromisso universal de adoção de metas que visem melhorar as condições sociais, além da adoção de práticas sustentáveis ao planeta, com objetivos a serem atingidos até 2015.

Segundo o Portal ODM,⁶ os oito objetivos do Milênio são os seguintes:

- 1- Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- 2- Alcançar o ensino primário universal;
- 3- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomização das mulheres;
- 4- Reduzir a mortalidade de crianças;
- 5- Melhorar a saúde materna;
- 6- Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
- 7- Garantir a sustentabilidade ambiental;
- 8- Criar uma parceria mundial para o desenvolvimento⁷.

São 60 indicadores distribuídos em 21 metas que norteiam as políticas públicas

⁶ Ver <http://www.portalomdm.com.br/odm>

⁷ Ver INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, (2010).

voltadas aos ODM. No tocante a avaliação da erradicação da pobreza, são analisadas estatísticas referentes a porcentagem da população que vive abaixo da linha da pobreza e a comparação da renda que possuem os 20% mais ricos em relação aos 20% mais pobres como forma de mensurar a desigualdade.

A respeito da oferta e qualidade da educação básica, dá-se atenção a distorção idade-série, e as taxas de frequência e conclusão escolar. Quanto à igualdade entre os sexos, são analisados os rendimentos e instrução entre os gêneros e a participação de mulheres na política.

Para captar a melhoria da saúde das gestantes, avalia-se a taxa de mortalidade materna, o acompanhamento pré-natal quantificado pelo número de consultas e o número de gestantes adolescentes. No combate as doenças como HAIV/AIDS e malária, acompanha-se o número de casos ocorridos e seus respectivos diagnósticos.

Práticas ambientais e sustentáveis são desenvolvidas por meio da oferta de saneamento básico e da coleta de resíduos, mensuradas pelas proporções referentes a população que possuem o acesso a tais serviços; o acesso aos meio de comunicação, dado pela proporção da população que possui computadores e acesso à internet, bem como os jovens entre 15 e 24 anos que possuem empregos formais, são tidos alguns dos parâmetros para a busca do desenvolvimento. (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2014).

2.1.4 Dados sobre as finanças públicas do município

Para acompanhar o grau de eficiência da gestão pública local foram coletados indicadores a partir do IPEADATA, a respeito do perfil das finanças públicas de Caaporã e que compreendem informações relevantes e objetivas, sobre suas receitas, e despesas. Assim, tornar-se-á possível o conhecimento das capacidades e o grau de autonomia do município em ofertar os bens e serviços necessários à população, bem como as prioridades definidas entre os componentes dos gastos públicos.

A análise das finanças públicas local pode dá importantes indicações quanto à origem e a destinação dos recursos públicos e ainda pode demonstrar quais foram as funções programáticas consideradas como prioritárias pelos gestores na condução das ações e políticas governamentais. Por outro lado, o estudo do resultado fiscal da prefeitura pode revelar, também, se a administração local conseguiu atender os princípios de legalidade, publicidade e eficiência que são exigidos para o bom funcionamento da administração pública.

Os dados utilizados na análise encontram-se deflacionados pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) sendo a base o ano de 2010.

Alguns conceitos da economia do setor público são empregados no estudo proposto. Um deles é o resultado primário que representa a diferença entre as receitas orçamentárias e as despesas orçamentárias. As receitas orçamentárias representam o ingresso de recursos em determinado exercício e que geram acréscimos no patrimônio público e que possuem a finalidade de atender as necessidades da sociedade. (BRASIL, 2012a). Já a despesa orçamentária é definida como o “fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial” (BRASIL, 2012b, p.3).

Quanto a natureza econômica as receitas e despesas orçamentárias dividem-se em despesas e receitas correntes e de capital. As despesas correntes são responsáveis pela oferta dos serviços públicos, as quais não exigem contrapartida de bens ou serviços, o IPEADATA exemplifica:

[...] obras de conservação, adaptação e manutenção de bens móveis e imóveis, tais como pagamento de pessoal, aquisição de material de consumo, pagamento de serviços prestados por terceiros, operação de escolas e de centros de saúde, dentre outras. Este item está desdobrado em despesas de custeio, transferências correntes e outras despesas correntes. (DATA, 2015).

Já as despesas de capital, destinam-se a provisão ou construção de bens de capital, compondo assim o patrimônio público, a ser utilizado pela sociedade. Subdividem-se em investimentos, transferências de capital e as inversões financeiras.

As receitas correntes correspondem à captação de recursos financeiros gerados pelas atividades do Estado, utilizadas no provisionamento das ações do governo local. Neste grupo estão a receita tributária, as advindas de contribuições, do patrimônio estatal e da execução de atividades produtivas (industrial, agropecuária e de serviços). Já as receitas de capital não estão relacionadas as atividades operacionais estatais e são provenientes de operações de crédito, amortização de empréstimos e transferências de capital. (BRASIL, 2012a).

Para se chegar ao resultado fiscal no conceito primário, são realizadas algumas deduções. Nas receitas subtraí-se as aplicações financeiras e as operações de crédito, bem como as alienações, pois estas possuem caráter eventual; das despesas, são retirados os encargos da dívida e as amortizações realizadas no exercício.

2.2 Justificativa de recorte espacial e temporal

A escolha do município de Caaporã se dá com base na importância econômica do mesmo em relação à microrregião do litoral sul paraibano. Por outro lado, a referida cidade vem sendo palco da instalação de investimentos industriais que vem chamando atenção de alguns especialistas e da imprensa. Segundo algumas notícias jornalísticas, as inversões que vem ocorrendo em Caaporã se devem, em certa medida, à proximidade com o polo-produtivo de Goiana-PE. Nessa perspectiva, o presente estudo pretende analisar o cenário recente do desenvolvimento socioeconômico da cidade de Caaporã por meio de informações referentes ao período compreendido entre 2000 a 2013.

Faz-se necessário ressaltar a lacuna deixada em branco sobre informações referentes ao cenário socioeconômico e fiscal do município em situações pontuais, onde as informações não foram devidamente declaradas pelos órgãos responsáveis, prejudicando assim a análise de determinadas variáveis.

Destaque-se também, que alguns indicadores econômicos e sociais apresentados no capítulo dos resultados analíticos não abrangem todos os anos da série histórica de 2000 a 2013, a exemplo dos índices Firjan de desenvolvimento municipal e de gestão fiscal e alguns indicadores demográficos. Essa limitação se deve ao fato de que as fontes de dados secundários que serviram de base para a pesquisa empírica apenas apresentavam informações para alguns anos. O Sistema Firjan divulga estatísticas oficiais a partir do ano de 2005 e o Portal ODM utiliza os dados censitários do IBGE que são decenais. A respeito dessas restrições, procurou-se abarcar diversos indicadores de modo que fosse possível se ter uma ideia mais consistente do nível de desenvolvimento municipal de Caaporã.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção dedica-se às novas concepções acerca do desenvolvimento socioeconômico em crítica a abordagens voltadas a globalização, pautadas pelo Consenso de Washington, com destaque para os pensamentos de Joseph Stiglitz e Amartya Sen.

Traz ainda uma discussão acerca das políticas voltadas ao desenvolvimento norteadas pelos ODM e o papel do estado local como impulsionador do desenvolvimento socioeconômico.

3.1 A globalização e a crítica às políticas macroeconômicas de desenvolvimento

A globalização pode ser expressa pela expansão do capitalismo caracterizado pelo avanço da industrialização e da tecnologia acompanhada de um processo de homogeneização de aspectos sociais a partir da redução das barreiras aos fluxos internacionais de capital, da informação e de pessoas (KON, 2002). Tal processo fora defendido pela ideologia proposta pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, a qual prometera a melhora da qualidade de vida, inclusive para as nações mais pobres, acontecimento contestado pela visão de Stiglitz (2002a), o qual defende que tal processo visou unicamente a expansão do domínio do capital dos países desenvolvidos, precisando este, de um novo modelo de gerenciamento, com a adoção de práticas e métodos que favoreçam o desenvolvimento dos países mais desfavorecidos.

O Consenso de Washington lançou um conjunto de estratégias que traçaram um paradigma de desenvolvimento baseado na ideologia neoliberal. O referido consenso propunha um conjunto de proposições que entronizavam a lógica de funcionamento do setor privado como principal motor da economia. Entre as principais proposições, eram defendidas política de liberalização e abertura dos mercados, privatização, flexibilização das relações trabalhistas e redução da intervenção do Estado na economia.⁸

As concepções de Joseph Stiglitz e Amartya Sen criticaram a ideologia neoliberal preconizada pelo Consenso de Washington, enquanto a mesma via as soluções a serem alcançadas para o coletivo condicionadas a partir do cenário macroeconômico, com o

⁸ Os atores institucionais que representavam o consenso de Washington eram formados por representantes de Departamento de Estado dos Estados Unidos, ministros do chamado G-7, pelo Fundo Monetário Internacional, pelo Banco Mundial, além de presidentes de poderosos bancos privados.

propósito de estimular a atividade econômica, a partir de um receituário padrão, sem considerar as características de cada país, como cita Stiglitz (2002a, p.77):

O procedimento-padrão [...] é preparar primeiro a minuta de um relatório. [...] Na prática, tal minuta é, em geral, aquilo que se conhece como uma matriz, com parágrafos inteiros sendo copiados do relatório de um país e inseridos no relatório de outro (STIGLITZ, 2002a, p.77).

bem como a maneira que tal consenso tratara as questões associadas às camadas sociais mais vulneráveis, tratando as reformas sociais necessárias como subprodutos naturais da liberalização econômica. (KLIKSBURG, 1998).

Entre as recomendações, estavam a redução do tamanho do Estado, com o intuito de torná-lo mais eficiente e a conseqüente redução do excesso de seu controle sobre a atividade produtiva, bem como as privatizações, com a justificativa de se obter gestões privadas mais eficientes. Batista (1994, p.22) afirma que as recomendações propunham a “inserção não negociada, pela abertura unilateral e rápida” das economias latinas, sendo a subordinação a tais recomendações, um condicionante a estes países a obterem financiamentos aos organismos mencionados. Assim, a preocupação estava voltada aos ajustes macroeconômicos, através das políticas monetárias bem conduzidas e dos ajustes fiscais, tidos como primordiais ao bom funcionamento dos mercados, estimulando-se variáveis como poupança e investimento, aliados a financiamentos e o estímulo a entrada do capital externo. (STIGLITZ, 2002a)

Stiglitz demonstra seu descontentamento acerca das políticas ortodoxas que o Consenso de Washington impôs aos países em desenvolvimento:

[...] onde não existem redes de segurança, o desemprego já é elevado, e onde os que perdem o emprego em decorrência da liberalização, juntamente com suas famílias, têm que enfrentar perspectivas realmente sombrias? Para piorar as coisas, diante da política de austeridade, os novos empregos prometidos não são criados: e como poderiam sê-lo, com as habituais taxas de juros elevadas da política do FMI, que se preocupa mais com a inflação e com o que ela poderia fazer com o valor dos papéis dos investidores do que com os desempregados? (Stiglitz, 2002b, p. 336).

As estratégias pelo Consenso de Washington, para minimizar o tamanho do Estado concebidas, estariam equivocadas, uma vez que a própria condição de fortalecer as economias de mercado, exigiria um Estado eficiente, como nos casos ocorridos com a Polônia e a China, em contraste com a adoção de políticas de estabilização e reformas voltadas ao mercado associadas a casos de fracasso, como nos casos da Rússia e República Theca. (STIGLITZ, 2002a).

No tocante as políticas de liberalização comercial propostas, Stiglitz (2002a, p. 62) ressalta a injustiça e distorção, uma vez que ocorreria a abertura dos “mercados nos países em desenvolvimento para bens dos países industriais avançados sem reciprocidade”, dadas as diferenças de poder de influência nos acordos internacionais, bem como a matriz de produção entre países. O autor ainda disserta que a eliminação de barreiras às importações, como defendia o Consenso, não seria o fator que faria com que as economias dos países em desenvolvimento evoluíssem, mas sim, a elevação de suas capacidades de exportação. Defende ainda, o gerenciamento dos acordos de comércio internacional por novas e independentes instituições, as quais possam equilibrar e tornar mais justos os as negociações.

Para Stiglitz (1998), a preocupação deveria situar-se em torno de um ambiente favorável às instituições financeiras com abordagem a questões mais amplas acerca do desenvolvimento do que mero o enfoque no crescimento econômico. O maior objetivo deveria ser, portanto, a partir do crescimento econômico, o desenvolvimento humano por meio da melhora dos padrões de vida da sociedade, refletidos na disponibilidade de infraestrutura, no funcionamento das instituições e na atenção ao capital humano.

O autor ressalta ainda, o importante papel que coube às políticas governamentais no processo de desenvolvimento, deixado de lado pela visão de desenvolvimento do Consenso de Washington. Com a busca pela estabilidade econômica e proteção social a classes menos favorecidas nas recorrentes crises econômicas, os governos deveriam, na visão do autor, buscar seu tamanho de equilíbrio, condicionados ao meio institucional do mercado e sua capacidade gerencial, dada a conjuntura de cada país e não apenas seguir um receituário padrão.

Amartya Sen em sua visão agrega aos aspectos econômicos, circunstâncias sociais e políticas ao conceito de desenvolvimento, relacionando os valores éticos às relações econômicas, inserindo a condição humana no centro das atenções. Assim, Sen (2000, p.18) caracteriza o processo de desenvolvimento, pela busca da expansão das liberdades ou das capacidades individuais, as quais refletirão na qualidade de vida dos indivíduos, que por sua vez, são condicionadas pelo sistema social de oportunidades:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos.

Governos pouco refratários à participação da população nas escolhas públicas limitam o pleno exercício da cidadania. Por outro lado, as deficiências no acesso à saúde e educação

de qualidade, às liberdades civis e políticas representariam, em si, uma negação a liberdade humana. Tais limitações funcionam como obstáculos que privam a população de seus funcionamentos e a eliminação de tais barreiras é tida como o meio e o fim do desenvolvimento (SEN, 2000).

Os diferentes âmbitos de liberdades individuais estão intimamente ligados e possuem relação de complementaridade, como mostra Sen:

Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar a abundância individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. Liberdades de diferentes tipos podem fortalecer umas às outras (SEN, 2000, p. 25-26).

O bem estar das pessoas está relacionado no modo de como se dá os seus “funcionamentos”, determinados por seu “estado”. Os funcionamentos estão determinados por condições como ser saudável, possuir conhecimento, ser respeitado, possuir felicidade, entre outras. De acordo com Sen (2001, p. 79) “a asserção é de que os funcionamentos são *constitutivos* do “estado” de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes”.

O autor enfatiza a busca pela expansão das capacidades que o indivíduo possui em viver a vida do modo ao qual valoriza, a qual pode ser conseguida a partir do papel das políticas públicas e conseqüentemente pela influência da capacidade de manifestação da vontade dos indivíduos ao influenciar tais políticas. (SEN, 2000).

As capacidades seriam os vetores por meio dos quais os seriam viáveis e possíveis os funcionamentos. Assim, se o indivíduo possuir capacidades de realizar seus funcionamentos, representados pelas capacidades de ser e de fazer, possuirá a liberdade de possuir bem estar e qualidade de vida.

A ação dos agentes assistencialistas para a expansão e a garantia da liberdade, segundo Sen (2000), deveria focar na busca da promoção das potencialidades dos indivíduos, para que os mesmos consigam viver, fazer ou ter o que realmente valorizam, e não apenas fundamentar-se em políticas desenvolvimentistas sem a devida participação dos beneficiários, enquanto os colocam numa posição passiva.

Em concordância, Stiglitz (1998) ressalta ainda que a imposição de um caminho a ser seguido aliado à inexistência do diálogo entre o agente externo e a localidade a se desenvolver encontraria restrição ao sucesso enquanto tal estratégia se deparar com dificuldades de mudar

o modo de pensar dos indivíduos. Assim, os assistencialistas externos, representados pelas entidades da Organização das Nações Unidas (ONU) juntamente com o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) ao impor determinadas condições, ao invés de auxiliar o desenvolvimento das capacidades dos receptores, criariam desincentivos a tais capacidades uma vez que, não haja a participação dos agentes locais, não seja possível atuar sobre as suas reais necessidades.

Uma estratégia de desenvolvimento quando definida deverá ter como objetivos, o gerenciamento dos recursos, do conhecimento, para se obter o fortalecimento do capital físico, capital humano e do capital social, este último representado pela organização das instituições e que será responsável pelo bom funcionamento da sociedade, em consonância com a preservação dos recursos naturais.

Além disso, segundo Stiglitz (1998), deve atuar com o intuito de desenvolver níveis sociais intimamente interligados e influenciados uns pelos outros, quais são:

- o setor privado, a partir da existência de um meio institucional favorável a sua competitividade e eficiência, bem como a infraestrutura necessária e um cenário macroeconômico estável;
- o setor público, cabendo ao mesmo ser capaz de gerir e conduzir eficientemente a economia, agindo de maneira complementar ao setor privado rumo ao desenvolvimento da sociedade;
- o desenvolvimento das comunidades, as quais verdadeiramente indicarão as reais necessidades e escolhas da localidade, garantindo que as condições particulares da região sejam levadas em consideração no processo de transformação da sociedade;
- o desenvolvimento familiar e do indivíduo, pois cabe a família a tomada de decisões referentes a educação, saúde e que determinam a capacidade do indivíduo contrair o seu destino de forma condizentes com seus objetivos.

Tais estratégias ao procurar transformar a sociedade devem possuir prioridades em ações de promoção à educação capacitadora das pessoas, no direito a saúde básica e no conhecimento, garantindo assim à sociedade condições de ser mais produtiva, além de ofertar a infraestrutura de transportes e comunicações.

Stiglitz (1998) complementa que o desenvolvimento se daria com uma transformação da sociedade, no modo de como esta encara a realidade a partir do conhecimento dos problemas a serem solucionados, bem como, os mecanismos catalisadores que melhorariam a vida dos agentes, ao mesmo tempo em que garantissem a sustentabilidade e possibilitasse

benefícios para a sociedade como um todo.

3.2 O PNUD e os objetivos de desenvolvimento do milênio

A Organização das Nações Unidas (ONU), sempre esteve ligada a questões globais relacionadas ao desenvolvimento. Criada inicialmente para promover a paz nas relações entre as nações, posteriormente, notou-se sua atuação em questões relacionadas a desigualdade e das privações que afligiam os indivíduos, já que questões ligadas a segurança, estão intimamente condicionadas a tais aspectos.

De acordo com Jolly (2004 apud Machado e Pamplona 2008) nas décadas de 40 e 50, a atuação da ONU estava alinhada ao paradigma de desenvolvimento da época, onde cabiam aos governos papel intervencionista num contexto marcado pela Grande Depressão de 29 e o ideal Keynesiano, concomitantemente com as ideias da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), de atribuir ao Estado papel importante na industrialização das economias primário exportadoras, em função das perdas sofridas em suas relações de trocas.

Na década seguinte, fora criado o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), principal órgão da ONU para a busca de soluções para os problemas acerca do desenvolvimento em países de todo o mundo, com ênfase na redução das desigualdades entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos, atribuindo-se importância às necessidades humanas.

Na década de 80, predominou a ideologia neoliberal preconizada pelas políticas do Consenso de Washington, face a crise das dívidas de países subdesenvolvidos, cabendo a ONU apenas argumentar sobre as consequências posteriores ao uso de tais práticas. (JOLLY 2004 apud MACHADO e PAMPLONA 2008).

Ao disseminar em seus relatórios da década de 1990 os conceitos de Desenvolvimento Humano e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o PNUD agregou em seu paradigma de desenvolvimento, questões antes não exploradas, caracterizadas pela busca de uma vida longa, em que as pessoas pudessem viver de forma feliz e criativa, ao abordar questões como longevidade, saúde e felicidade expressos pela expectativa de vida, educação, e padrão de vida, captado este último pelo PIB per capita, em oposição à tendência de enxergar meramente aspectos econômicos como mensuradores de bem estar.

Ao considerar o bem estar das pessoas, o modelo de atuação das políticas do PNUD, busca no paradigma teórico de desenvolvimento humano proposta por Amartya Sen, o

fundamento de expandir as “capacidades” dos indivíduos, sendo esta definida como o conjunto de possibilidades que uma pessoa pode realizar, dada a posse dos recursos necessários a realização das mesmas.

Em 2000, a Cúpula do Milênio, estabeleceu metas a serem cumpridas pelos Estados, instituições privadas e organizações da sociedade civil dos países ali representados com vista a melhorar as condições de vida das populações. Essas metas tinham como base a execução de políticas públicas voltadas à saúde, educação, igualdade social e de gênero e também se reportavam à sustentabilidade ambiental. A cúpula do Milênio abordava questões referentes aos desafios do século que iniciara, criando assim, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Cabe ao PNUD orientar e organizar as atividades relacionadas a realização dos ODM, por meio da busca de recursos para os projetos e a elaboração de relatórios de acompanhamento dos países engajados.

Rezende (2008, p.198) ressalta que “o investimento na educação está conectado ao trabalho decente para homens e mulheres, o combate à fome e à pobreza extrema está ligado à saúde, ao combate às doenças e epidemias”. A orientação que os ODM prestam aos agentes públicos e à sociedade civil a respeito da necessidade de adoção de ações integradas, dada a interdependência entre os problemas sociais que geram a exclusão e a pobreza. Como é possível vê em um trecho de sua análise.

A partir de 2010, observa-se no Brasil e no mundo uma localização das metas, ou uma municipalização dos ODM. Ao conduzir os ODM para a esfera local, o governo federal procurou estimular a participação dos gestores locais e da sociedade civil nas ações voltadas para atenuação dos problemas sociais e econômicos que, geralmente, atingem os municípios. Segundo Franco (1998), os prefeitos são atores institucionais que conhecem as principais distorções e singularidades das esferas subnacionais e, por meio de políticas públicas eficientes, podem estimular o desenvolvimento municipal.

Vale destacar que a Constituição de 1988 trouxe consigo uma série de avanços sociais, além do processo de descentralização das responsabilidades da gestão pública, antes assumidas em grande parte pela União, entre as demais esferas governamentais. Os governos locais passaram a assumir cada vez mais o papel de ofertar políticas públicas de bem estar à sociedade, possibilitando um melhor direcionamento das políticas a cada realidade, bem como o fortalecimento dos papéis do cidadão em contribuir e fiscalizar.

De acordo com Franco (2008) faz-se necessária uma relação entre as estratégias locais e nacionais, sendo estas últimas as orientadoras das políticas públicas, assim o

desenvolvimento local:

[...] exige um novo sistema de gestão de políticas públicas que exercite o novo paradigma da relação entre Estado e sociedade (articulação, descentralização, parceria, transparência, controle social, participação) e integração das políticas públicas, entre elas a política macroeconômica, políticas setoriais e políticas sociais, incluindo a articulação entre as diversas instâncias do Governo federal, estadual e municipal (FRANCO, 2008, p. 10-11).

Teixeira mostra que nesse processo de descentralização, foram atribuídos aos governos municipais mais encargos do que recursos, os quais são angariados ante:

[...] as chamadas transferências negociadas, que consideram a posição política, o prestígio e a vinculação partidária dos prefeitos e parlamentares, cujas alianças se pautam, em grande parte, pelos interesses eleitoreiros e clientelistas (TEIXEIRA, 2002, p. 7).

Fonseca (2003), ao discutir sobre desenvolvimento municipal, explicita que aspecto importante ao desenvolvimento local parte do pressuposto da existência de governos municipais mais inovadores e autônomos, os quais dependam menos de políticas assistencialistas de entes governamentais superiores.

A situação de autonomia dos municípios se mostra como grande desafio na alocação eficiente dos recursos e reforça o papel que a mobilização social possui. Logo, cabe a comunidade a cobrança e luta por direitos e a busca pela construção e fortalecimento das instituições. Há de se “obter conquistas sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo quando esta passa a ter um conteúdo de proposição, de debate público de alternativas e não de mera crítica” (TEIXEIRA, 2002, p. 6).

Com o governo local, faz-se possível o diálogo com o público a receber tais políticas públicas por meio de fóruns de debates, orçamento participativo, como intenção de adotar mecanismos democráticos para aumentar a eficiência e transparência da atuação desses governos.

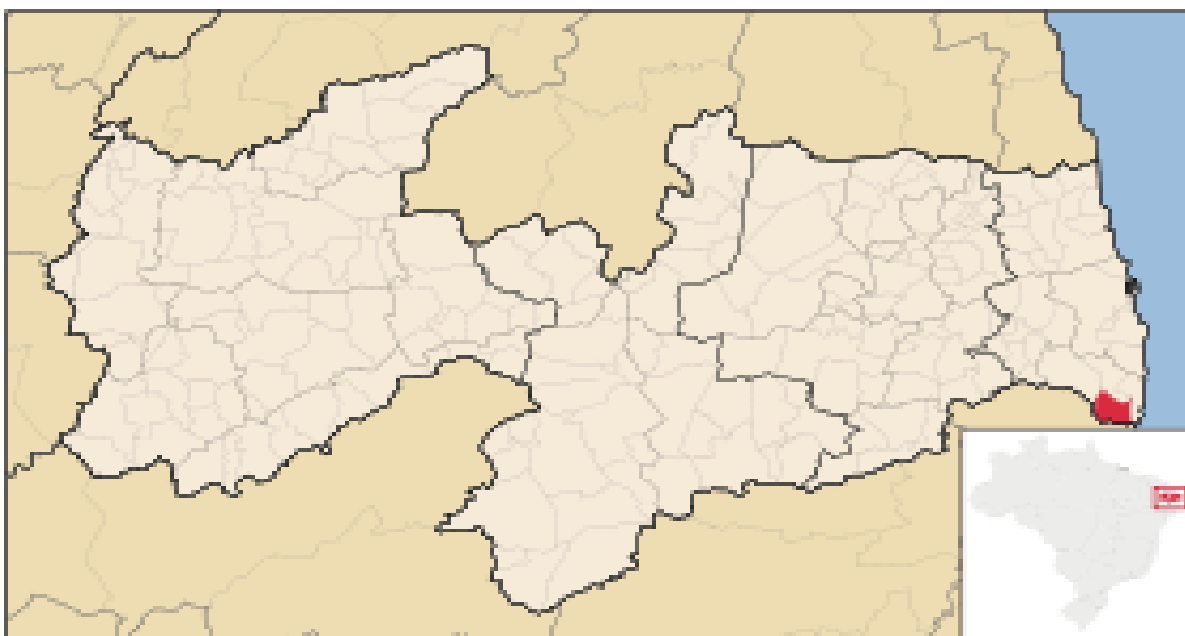
Assim, a adoção de políticas públicas voltadas à promoção do desenvolvimento que visem atender as demandas sociais de emprego, renda, saúde, educação, saneamento, entre outras, quando formuladas pelo governo local, possui maior possibilidade de êxito. De acordo com Franco (1998, p.8) é na “esfera local que os problemas são melhores identificados e, portanto, torna-se mais fácil encontrar a solução mais adequada. Adicionalmente, garante-se maior [...] controle social” buscando-se explorar e expandir as potencialidades e habilidades dos indivíduos.

4. RESULTADOS ANALÍTICOS

4.1 O desenvolvimento municipal de Caaporã

Localizado na Mesorregião da Zona da Mata do Estado da Paraíba, Caaporã pertence à região metropolitana de João Pessoa e integra a Microrregião do Litoral Sul, juntamente com os municípios de Alhandra, Pitimbú e Pedras de Fogo. A localização de sua sede pode ser visualizada no mapa (Figura 1).

Figura 1 - Localização geográfica do município de Caaporã – PB



Fonte: Wikipédia (2015)

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Caaporã possuía uma população de 20.362 habitantes em 2010, distribuídos numa área de 150,168 Km².

De acordo com Lima (2014), a vila “Boca da Mata” em seu significado em tupi-guarani, como era conhecida Caaporã, desenvolveu-se as margens da rodovia de acesso às praias de Pitimbú e Acaú e com a Lei estadual nº 3.120 de 27 de dezembro de 1963, foi elevada a categoria de cidade, quando já havia figurado como distrito dos municípios de Cruz do Espírito Santo e Pedras de Fogo. A vista da Praça do Colorido, ponto central do município é encontrada na Figura 2.

Figura 2 – Praça local do município de Caaporã – PB

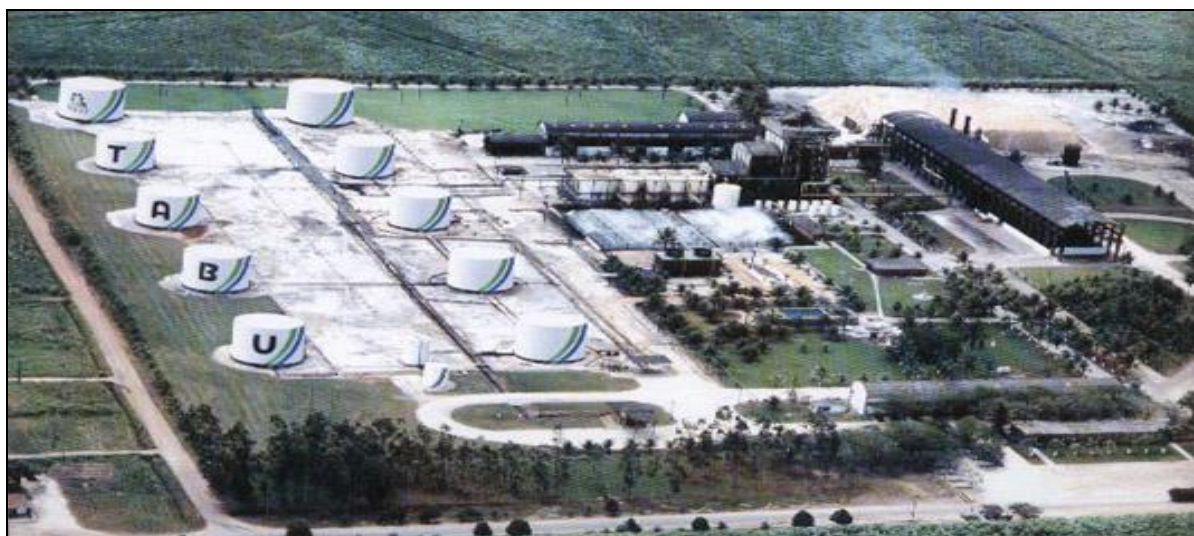


Fonte: Blog Mostra Caaporã (2015)

Entre os principais componentes da sua atividade agrícola, estão o cultivo cíclico da cana de açúcar e as culturas temporárias de inhame, milho, feijão e batata doce, que são direcionadas principalmente ao comércio interno.

A extração de minérios como a argila e calcário, bem como o extrativismo animal, representado principalmente pela pesca e aquicultura são as principais atividades de extração de recursos naturais. Os complexos cimenteiro e sucroalcooleiro representam as principais atividades industriais da cidade, este último representado pela Destilaria Tabú, (ver Figura 3). (LIMA, 2014).

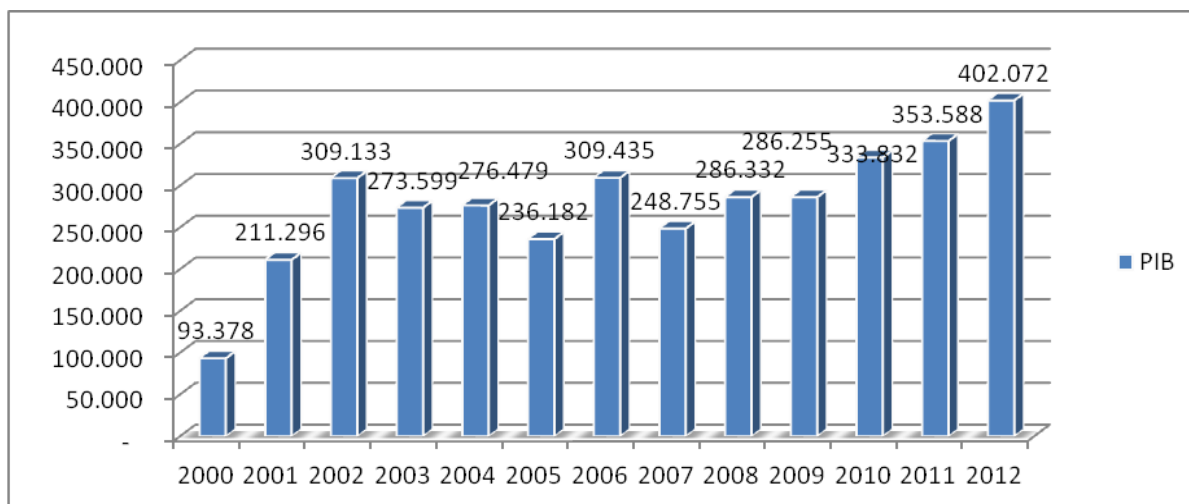
Figura 3 - Vista panorâmica da unidade industrial da Destilaria Tabú, Caaporã - PB



Fonte: DQS do Brasil LTDA (2015)

Seu Produto Interno Bruto correspondeu no ano de 2012 ao 11º maior PIB do estado da Paraíba, o equivalente ao montante de R\$ 402,07 milhões, conforme o Gráfico 1, enquanto seu PIB per capita correspondia o 3º maior do estado paraibano, igual a R\$ 19.467, 97.

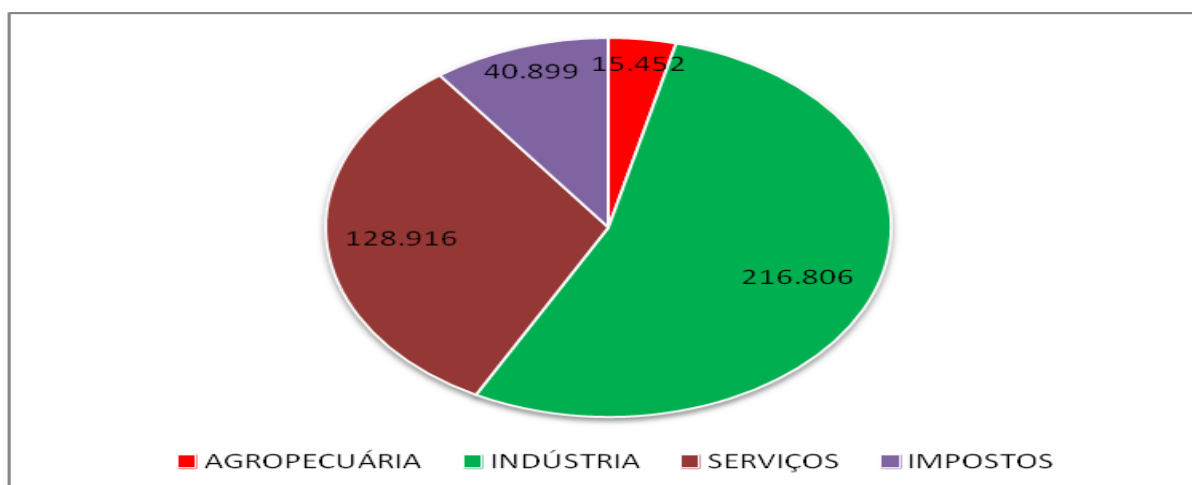
Gráfico 1 - Produto Interno Bruto a preços correntes – 2000 a 2012 (R\$ 1000)



Fonte: IBGE (2015)

Entre os setores que compõem seu PIB, verifica-se, segundo dados do IBGE, que as atividades industriais corresponderam em 2012, a 53,9% da geração de riquezas no município, seguidas do setor de serviços, o qual contribuiu com o montante de R\$ 128,91 milhões, como descrito no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Valor adicionado a preços correntes por setores no PIB de Caaporã - 2012 (R\$ 1000)



Fonte: IBGE (2015)

Nota-se que, no período histórico estudado, a concentração do poder político nas mãos

de poucos grupos. Entre os anos de 2000 e 2004 figurou como prefeito o Senhor João Batista Soares-PSDB, tendo este iniciado seu segundo mandato no referido município em 1997. Já entre 2005 a 2008, a gestão local ficou a cargo da Senhora Jeane Nazário dos Santos-PMDB, filha de ex-prefeito Manuel Antônio dos Santos, o qual ocupou cadeira na prefeitura entre 1983 e 1988. Após a saída da então prefeita Jeane Nazário, retorna ao cargo o Senhor João Batista, este designado a ficar a frente do município até ano de 2016, dado que fora reeleito em 2012.

O município de Caaporã apresentava em 2005 e 2006 resultados para o IFDM respectivamente de 0,5611 e 0,5766 enquanto ocupava a 7ª e 8ª posições no ranking estadual para o índice. Nos dois anos seguintes o índice anual acumulou duas consecutivas quedas e a partir daí, vivenciou um cenário de variações positivas.

O comportamento do IFDM é reflexo dos resultados dos índices que o compõem e as respectivas posições que o município de Caaporã ocupara nos *rankings* estadual e municipal entre 2005 e 2011, estão descritos na tabela 2.

Tabela 2 - Resultados do IFDM e respectivas posições nos rankings estadual e nacional para o município de Caaporã de 2005 a 2011

	IFDM	Ranking Estadual	Ranking Nacional
2005	0,5611	7º	2622º
2006	0,5766	8º	2611º
2007	0,5498	25º	3230º
2008	0,5067	96º	3959º
2009	0,5321	82º	3943º
2010	0,5303	107º	4113º
2011	0,6129	35º	3174º

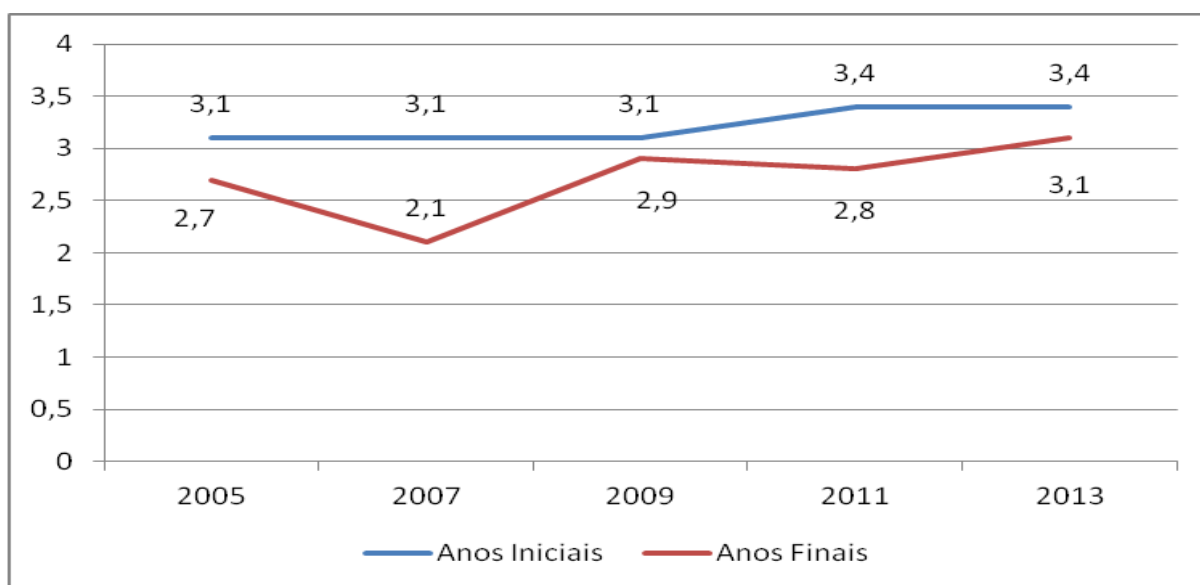
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2014)

Para o município em análise, constata-se dois períodos distintos: o primeiro entre 2006 e 2008, onde os indicadores possuem tendência declinante e o segundo, dessa vez de variações positivas, compreendido entre 2009 e 2011.

Em 2011, seu resultado foi de 0,6129 quando pela primeira vez o município saiu da posição de desenvolvimento regular para desenvolvimento moderado segundo os critérios de classificação do IFDM, porém ocupava a 35ª posição no ranking estadual e a 3174ª posição no âmbito nacional, abaixo 0,0244 pontos da nota mediana entre todos os municípios do Brasil. Vale destacar que Caaporã possui o segundo melhor nível de desenvolvimento segundo os critérios do IFDM em sua microrregião do Litoral Sul Paraibano.

Desde 2007, o município apresentou variações positivas nos indicadores que medem a qualidade da oferta da educação, o que evidencia resultados positivos a esforços realizados a fim de se recuperar do baque do biênio anterior. Sua nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais do ensino fundamental passou de 3,1 em 2005, para 3,4 em 2013 como descrito no Gráfico 3.

Gráfico 3 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para o município de Caaporã - 2005 a 2013



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Portal ODM (2015)

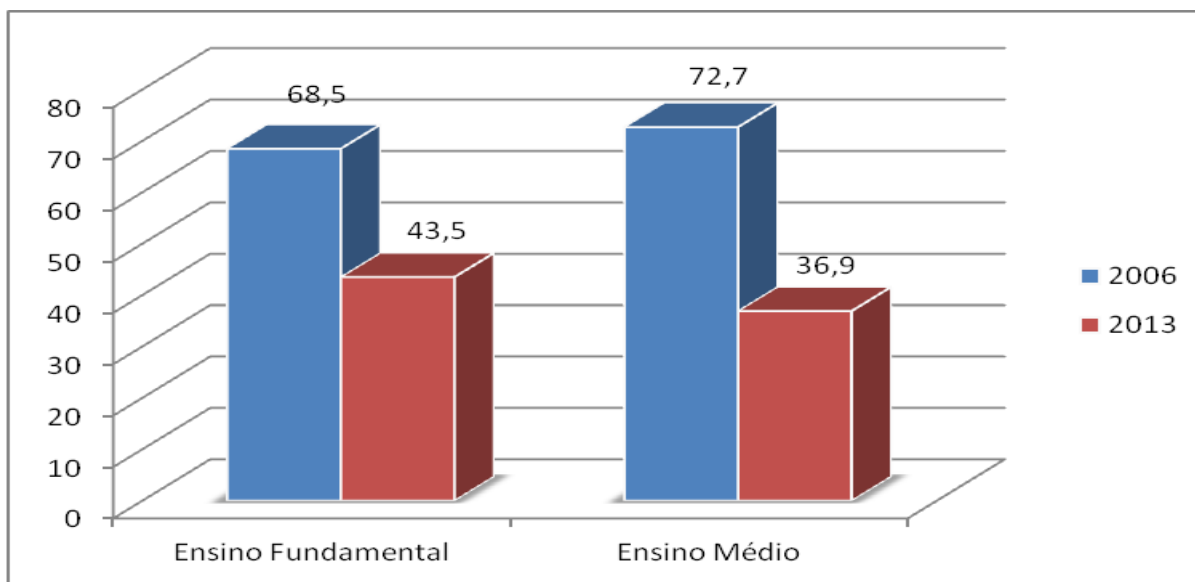
Já para os anos finais de ensino fundamental em 2005, seu IDEB era de 2,7 enquanto que, em 2013, elevou-se a 3,1. O IDEB nacional para os anos iniciais e finais do ensino fundamental foram de 4,9 e 4,0 respectivamente. Caaporã ocupou a posição de número 186º no *ranking* estadual para os anos iniciais e a 113ª para os últimos anos do ensino fundamental.

O total de estudantes matriculados na educação básica, esfera de ensino que engloba o ensino infantil, fundamental e médio, em 2011, correspondia a 7.120 alunos. Considerando ainda variáveis do IFDM-Educação, os alunos que possuíam uma distorção de dois anos ou mais, para as séries iniciais do ensino fundamental, eram de 36,8% em 2006 e 27,4% em 2013.

Quanto às séries finais do ensino fundamental para o mesmo período, o índice de alunos com distorção idade série caiu de 68,5% para 43,5% no mesmo período. Para o ensino médio, ocorreu uma forte redução, passando do patamar de 72,7% para 36,9%, conforme o Gráfico 4. Caaporã passou da 198ª posição estadual, em 2007, para 118º lugar, em 2011, no

ranking do IFDM-Educação.

Gráfico 4 - Distorção idade-série no ensino fundamental e médio para o município de Caaporã – 2006 e 2013 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Portal ODM (2015)

A respeito do IFDM-Saúde, os índices para o município em todos os anos disponíveis e publicados pelo Sistema FIRJAN enquadram-no em patamar de desenvolvimento regular. Entre 2006 e 2009, o indicador apresentou acentuada queda, saindo de 0,5542 para 0,4988. Para o ano de 2011, seu resultado aproximou-se da classificação de desenvolvimento moderado, quando seu resultado foi de 0,5952. Porém, Caaporã sempre deteve o menor IFDM-Saúde entre os municípios de sua microrregião, sendo também este o subindicador em que a cidade apresenta a pior colocação no ano de 2011 dentre as demais subdivisões do IFDM no ranking estadual.

Em destaque entre os subgrupos, está o IFDM-Emprego&Renda, o qual Caaporã obteve posições entre os quatro melhores indicadores num ranking entre os 223 municípios do estado da Paraíba em 4 oportunidades dentre os 7 anos para qual o índice foi divulgado.

Em 2011, seu resultado foi de 0,6495, ocupando a 4ª posição no ranking estadual, enquanto Pedras de Fogo, segundo melhor IFDM-Emprego e Renda da microrregião, alcançou 0,5131. Apenas Cabedelo, João Pessoa e Campina Grande obtiveram resultados melhores que Caaporã em todo o estado da Paraíba nesse quesito e seus respectivos índices foram 0,7893; 0,7575 e 0,7458.

4.2 Objetivos de desenvolvimento do milênio

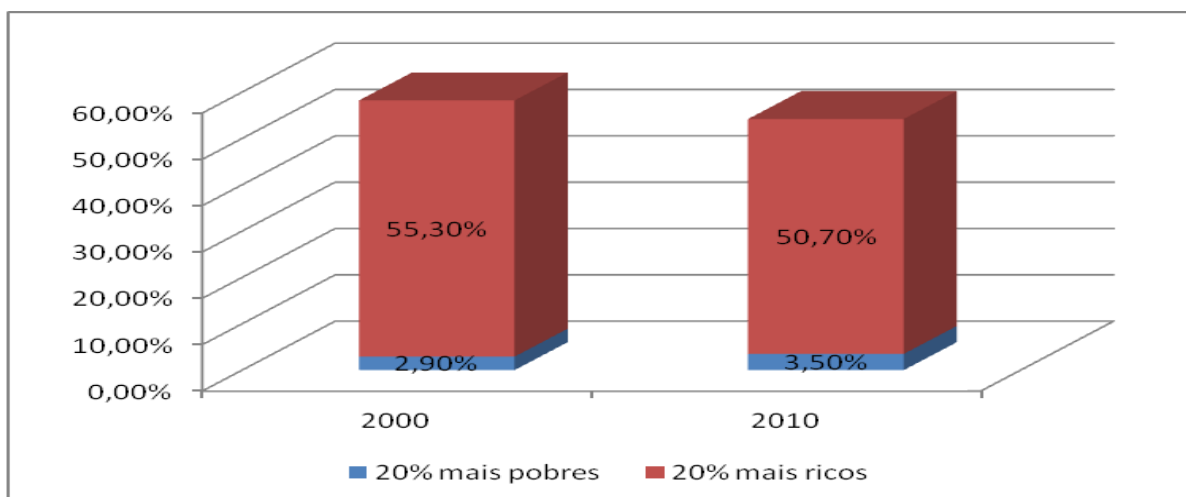
A fim de analisar os resultados da municipalização dos ODM, foram observados o comportamento de alguns indicadores sociais que refletem de que modo a população local está tendo acesso a alguns direitos sociais elementares como educação e saúde, entre outros.

No tocante ao objetivo de acabar com a fome e a miséria, a meta 1 faz referência a redução pela metade da população que sobrevive com renda inferior a linha da pobreza, entre 2000 e 2015. Segundo o Portal ODM, no ano de 2010, 37,3% da população vivia abaixo da linha da pobreza, uma vez que possuíam renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 140,00. Tal proporção foi a menor verificada entre os municípios da microrregião do Litoral Sul. Em 2000, esse indicador possuía magnitude de 63,1% da população.

A renda apropriada pelos 20% mais pobres, em 2000, correspondia a 1,4% da riqueza gerada no município, enquanto que em 2010 este mesmo índice era de 3,5%. Este indicador apresentou-se maior do que o índice para o estado da Paraíba, equivalente a 2,2% da renda para os mais pobres, tal resultado também foi maior entre os municípios de sua microrregião.

Aos 20% mais ricos, a renda apropriada por tal segmento recuou de 55,3% em 2000, para 50,7% em 2010. Nesse período, verifica-se ainda que a parcela dos 20% mais pobres detinha tímido ganho na distribuição de renda, uma vez que em relação aos rendimentos totais, viram a parcela da renda destinada aos mais ricos recuar de aproximadamente de 19 vezes maior que a dos mais pobres, para 14,5 em 2010, e que em termos relativos, apropriaram 3,5% dos rendimentos totais, ante 2,9 em 2000, conforme Gráfico 5.

Gráfico 5 - Proporção da renda apropriada pelos 20% mais ricos e 20% mais pobres no município de Caaporã – 2000 e 2010



Fonte: Portal ODM (2015)

A respeito da desnutrição, em 2013, 96,1% das crianças menores de 2 anos foram pesadas. Dentre estas, 0,7% encontravam-se em situação de desnutrição. Nos anos 2000, tal indicador era de 9,5% de crianças desnutridas na faixa de idade supracitada. Segundo os dados do Portal ODM, o município superou a segunda meta estabelecida, referente a redução pela metade da população que sofre com a fome.

Vale destacar ainda que, em 2010, 45,6% das crianças até 14 anos viviam em domicílios cujos rendimentos *per capita* não ultrapassavam os R\$ 140,00 menor patamar para o litoral sul da Paraíba.

Oferecer educação de qualidade e dar garantias de que até 2015 todas as crianças de ambos os sexos tenham concluído o ensino básico e fundamental, representam o segundo objetivo estabelecido a ser alcançado junto a Cúpula do Milênio.

O Ministério da Educação brasileiro estabeleceu um ensino fundamental com 9 anos, sendo a faixa etária considerada para esta modalidade de ensino dos 6 aos 14 anos de idade. O percentual de crianças pertencentes a esta faixa etária presentes na escola no município de Caaporã em 2000 era de 64,4% enquanto que para 2010, houve um avanço do indicador que alcançou 83,7%, implicando ainda em 16,3% das crianças fora da escola.

Para o ensino médio dos jovens entre 15 e 17 anos, a taxa de frequência verificada em 2000 foi de 6,2%. Já, em 2010, apesar da melhora o indicador ainda carece de preocupação, correspondente a 32,1%, acarretando em um grande percentual de jovens desta faixa etária fora do ensino médio.

Assim como o município precisa melhorar na inclusão das crianças e adolescentes na sala de aula, os índices de conclusão do ensino fundamental e médio⁹ são baixos, 38,4% e 33,8% respectivamente para o ano de 2010, cerca de 10 p.p. abaixo das médias verificadas para o estado paraibano, porém maiores que as demais cidades de sua microrregião.

O terceiro ODM visa a promoção da igualdade entre os sexos, através de políticas que possibilitem às mulheres maiores possibilidades de ingresso ao mercado de trabalho, sem discriminação salarial. Logo, as ações devem recair sobre o acesso feminino à escola em todos os níveis educacionais, para que reflitam em suas possibilidades futuras.

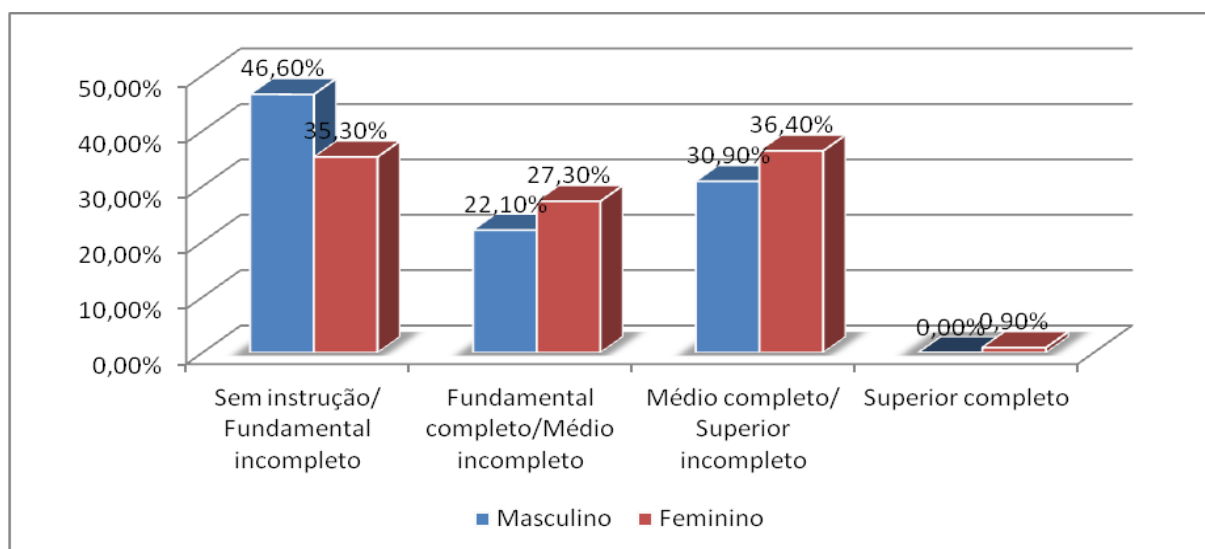
Segundo o Portal ODM, no município de Caaporã, o percentual de homens entre 18 e 24 que não possuíam instrução ou cursaram o ensino fundamental e ainda não haviam concluído se mostrou maior em relação às mulheres.

. De acordo com o Gráfico 6, para os demais níveis de escolaridade tem-se que o

⁹ Neste caso, são consideradas as faixas etárias de 14 a 17 anos para o ensino fundamental e jovens entre 18 e 24 anos para o ensino médio.

percentual de mulheres se sobressai ante ao percentual masculino indicando um maior tempo de estudo por parte das mesmas. Em 2010, 0,9% das mulheres do município compreendidas entre 18 e 24 anos haviam concluído o ensino superior, para os homens, este índice era de 0,0%.

Gráfico 6 - Percentual da população de 18 a 24 anos, segundo o nível de instrução e sexo - 2010



Fonte: Portal ODM (2015)

As diferenças salariais entre homens e mulheres era tal que as mulheres possuíam ganhos equivalentes a 47% dos rendimentos masculinos entre profissionais com nível superior completo em 2013. Já para o ensino médio completo, essa disparidade é um pouco menor, tinha-se que as mulheres ganhavam 58% dos salários dos homens. Sem levar em consideração os níveis de escolaridade, o percentual de rendimento feminino em relação ao masculino era de 94,2% em 2013, enquanto que em 2002 esse percentual era de 94,9%.

Observa-se ainda a pequena parcela de mulheres como candidatas e eleitas na Câmara de Vereadores. Em 2012 apenas 18,2% do total de vereadores eram mulheres, perfil semelhante ao visualizado no estado da Paraíba.

Caaporã obteve sucesso no cumprimento da redução de em mais de dois terços da mortalidade infantil, referente à meta estabelecida pelo quarto ODM. A taxa de mortalidade no município em 2012 encontrava-se no patamar de 15,5 óbitos para menores de 5 anos a cada mil nascidos vivos. Já o percentual de crianças com menos de 1 ano com a vacinação em dia para o ano de 2000 era de 90,7%, enquanto que em 2013 o indicador era de 93,8%.

O único ano onde fora registrada mortalidade materna foi em 2007, sendo que para os

demais anos entre 2000 e 2012 não foram observadas mortes de mães devido a complicações na gestação, no parto ou pós parto na cidade de Caaporã.

O percentual das crianças nascidas vivas, acompanhadas por mais de 7 consultas pré-natais para os anos de 2001 e 2012 foi de 71,9% e 70,3% respectivamente. Tais níveis estão acima da situação verificada no estado da Paraíba onde foram observados os índices 41,8% e 61,7%. Caaporã em termos relativos foi a cidade do litoral sul onde as mães e bebês receberam mais de 7 consultas pré natais no ano de 2012.

Já para o grupo dos que não obtiveram acompanhamento durante a gestação neste município, o percentual caiu de 4% para 2,1% durante o mesmo período. Quanto maior o acompanhamento médico, maiores as garantias de um parto e gestação seguras para a mãe e o bebê, as questões referentes à saúde da gestante são abordadas pelo ODM 5.

Relacionado a isto, está a prevenção e orientação a fim de evitar a gravidez indesejada a jovens que muitas vezes não estão preparados para assumir tais responsabilidades. O percentual de mães adolescentes em Caaporã foi o maior dentre as cidades de sua microrregião e maior nove p.p que o índice verificado na Paraíba. Em 2012, 29,2% das mães possuíam menos de 20 anos de idade, em 2001 este percentual era de 33,7% no município.

Dentre a população feminina caaporense em 2012, 5,3% possuíam entre 10 a 19 anos e eram mães, para a Paraíba, este percentual era de 3,4%, ocorrendo em ambos os casos, redução destes percentuais em relação ao ano de 2001.

A redução da incidência da AIDS, malária e outras doenças a partir de maior acesso à informação, prevenção e ao tratamento por parte da população fazem parte do desafio proposto pelo ODM 6, males estes, que ameaçam o desenvolvimento das populações mais pobres. Entre 2001 e 2011 foram registrados 135 casos de doenças que possuíam como vetores, mosquitos. Foram 134 casos de dengue e 1 caso de leishmaniose no município de Caaporã, sendo que, para os casos de malária e febre amarela não foram registradas ocorrências.

O menor número de casos de dengue nesse período, no Litoral Sul ocorreu em Pitimbú, com 108 casos, logo após vem Caaporã. Segundo dados do Portal ODM, o município não conseguiu manter constante ou reduzir o número de casos de doenças transmitidas por mosquitos, entre 2009 e 2011. O mesmo cenário foi percebido para o número de caso de AIDS/HAIV, onde entre 2009 e 2011 foram registrados 15 casos dos 44 registrados desde 1990.

A respeito das condições de saneamento e gestão ambiental orientadas pelo ODM 7,

em 2010, 89,7% dos moradores possuíam acesso a água com rede de canalização em pelo menos um cômodo, enquanto que 15,1% possuíam esgoto sanitário adequado com rede geral ou fossa séptica.

Ao longo de uma década, a situação quanto o acesso a saneamento e serviços essenciais ficou praticamente estagnada, tendo em vista que em 2000, a proporção da população que possuía estes serviços era de 12,4%.

Quanto o acesso sustentável à água potável, o município obteve sucesso na meta que propusera reduzir pela metade o número da população que não usufruía este serviço. Enquanto que em 2010, 85,3% dos caaporenses possuíam serviços de coleta de resíduos, ante 75% da população em 2000.

O 8º ODM disserta acerca da busca por um sistema de cooperação entre órgãos públicos e privados, de forma a contribuir para a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Um dos aspectos abordados por este objetivo é o acesso dos benefícios das tecnologias à população.

Para Caaporã, A proporção da população urbana que possuía computadores em seus domicílios em 2010 era de 9,3% enquanto que os que tinham conexão à internet era de 4,9%. Se estes dados forem comparados a proporção estadual, constata-se elevada disparidade, uma vez que 44,9% dos moradores paraibanos possuíam microcomputadores em suas residências e 38,6% possuíam acesso à rede mundial neste período.

O município mostrou-se dentre as demais cidades da sua microrregião, possuir a maior proporção de sua população rural com acesso a internet, com 5%. Para este mesmo ano, percentual da população no meio urbano com acesso a telefonia celular era de 74,3%, e para o meio rural 74,7%.

O ODM 8 preocupa-se ainda com à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Dentre os caaporenses, os que possuíam trabalhos formais entre 15 e 17 anos sempre trabalhavam de 41 a 44 horas semanais. Para jovens entre 18 e 24 anos, 95,1% possuíam essa carga horária, os demais, trabalhavam entre 31 e 40 horas na semana.

4.3 Finanças públicas do município

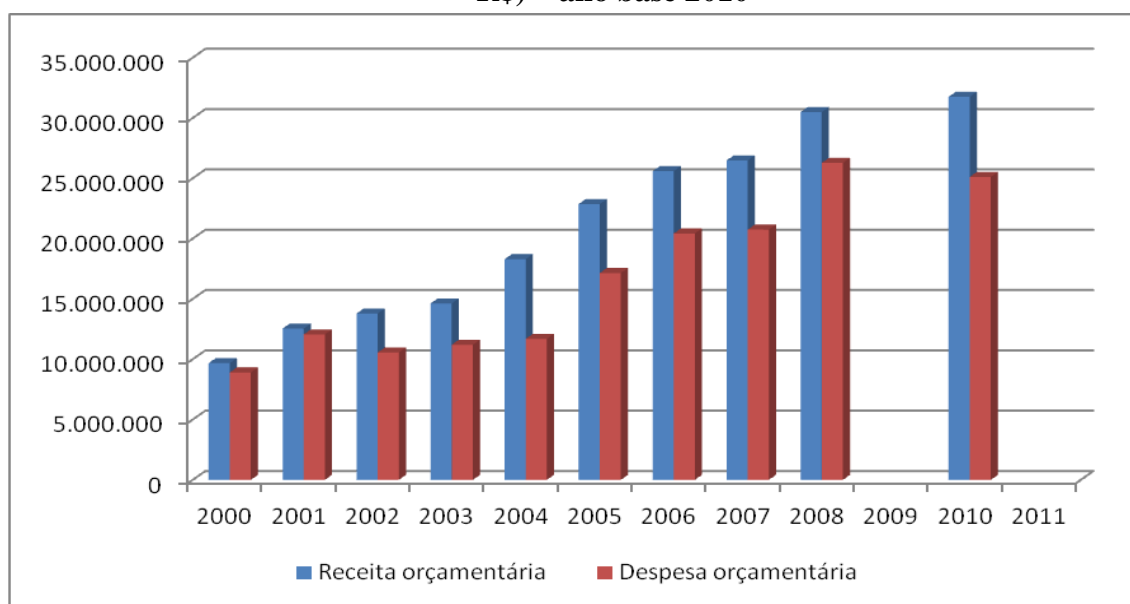
Nessa sessão, examina-se a evolução das contas públicas municipais e busca-se observar o comportamento e o perfil das receitas e despesas orçamentárias. Analisa-se, também, o índice de gestão fiscal e sua possível capacidade de realizar investimentos públicos

que tragam benefícios sociais e econômicos para a população.

Percebe-se que ocorreram resultados primários superavitários em quase toda a série histórica estudada, a exceção dos anos de 2009 e 2011, onde não constaram dados oficiais nas bases do IPEA.

De acordo com o Gráfico 7, ao longo da década, as receitas orçamentárias as quais englobam as receitas correntes e de capital, foram superiores as despesas orçamentárias, que por sua vez incluem as despesas correntes com as de capital. Tal comportamento pode ser explicado graças a LRF, ao aumento da distribuição dos recursos por parte do governo federal e o aumento das transferências de imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços (ICMS) recebidas pela cidade. Em 2010 a receita orçamentária deflacionada como ano base, alcançou o patamar de R\$ 31.753 mi, valor 26,44% superior às despesas orçamentárias do município.

Gráfico 7 - Receita e despesa orçamentária do município de Caaporã 2000 a 2010 (Em R\$) – ano base 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA (2015)

A receita tributária própria ou oriunda de transferências intergovernamentais representam as fontes para as quais os municípios contam para fazer frente a sua pauta fiscal. Pode-se observar pelas Tabelas 3 e 4 a seguir, que as transferências oriundas do governo estadual foram mais importantes na composição do quadro da arrecadação dos tributos para Caaporã ao longo de toda a década dos anos 2000, e que estas apresentaram o maior montante no ano de 2006.

Tabela 3 - Caaporã: composição da receita tributária 2000 a 2004 (Em R\$) – ano base 2010

	2000	2001	2002	2003	2004
Receita tributária própria	224.437	310.688	761.827	789.319	792.685
Transferências correntes de tributos estaduais	4.436.992	5.697.050	6.336.801	7.810.947	9.358.380
Cota parte do FPM*	2.644.966	3.063.230	3.786.119	4.025.017	4.800.382

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA (2015)

Nota: * Fundo de Participação Municipal

A partir do peso relativo das receitas tributárias próprias e oriundas de transferências, observa-se que, na segunda metade de década, os repasses do Fundo de Participação Municipal ganham mais importância, uma vez que em 2005, sua participação no total da receita tributária era de 30%, enquanto que, em 2010, contribuía com 47% da receita tributária para o município em termos reais.

Tabela 4 - Caaporã: composição da receita tributária 2005 a 2010 (Em R\$) – ano base 2010

	2005	2006	2007	2008	2010
Receita tributária própria	931.032	976.089	1.220.479	1.206.645	1.644.221
Transferências correntes de tributos estaduais	12.147.585	13.232.845	11.283.656	12.101.947	8.623.640
Cota parte do FPM*	5.711.696	6.418.470	7.606.302	9.106.304	9.365.480

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA (2015)

* Fundo de Participação Municipal

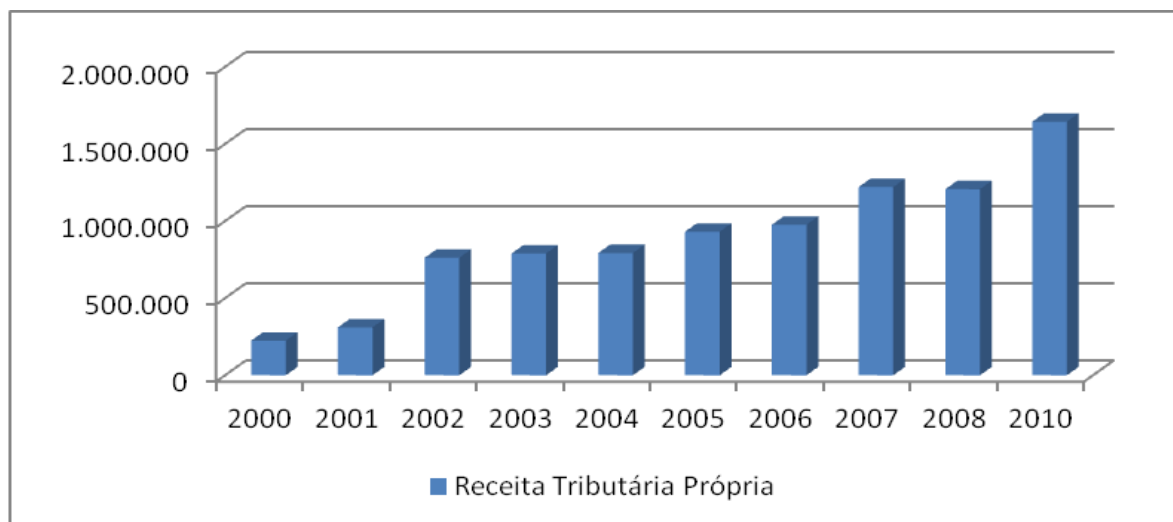
Apenas no ano de 2010, a cota parte do Fundo de Participação do Município, transferência da esfera federal superou as transferências repassadas a partir do governo estadual, esta que possui como principal componente, as transferências advindas do ICMS. Neste ano, as transferências estaduais atingiram a cifra de R\$ 8,623 milhões, enquanto que a cota do FPM foi de R\$ 9,36 milhões.

A respeito do percentual que a receita gerada pelo próprio município possui em relação a receita tributária total, observa-se que o resultado é modesto, apresentando o maior percentual em relação a arrecadação tributária total no ano de 2010, quando coube a mesma 8,37% do total. No início da década, tal indicador era de 3,07%, sendo o menor indicador para a série.

Apesar de modesto, vale destacar que tal indicador é superior a maioria dos municípios paraibanos, ocupando Caaporã a 13ª posição no *ranking* estadual de geração de

receita própria medido pelo IFGF. A evolução da arrecadação tributária própria pode ser acompanhada no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Caaporã: receita tributária própria 2000 a 2010 (Em R\$) – ano base 2010



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA (2015)

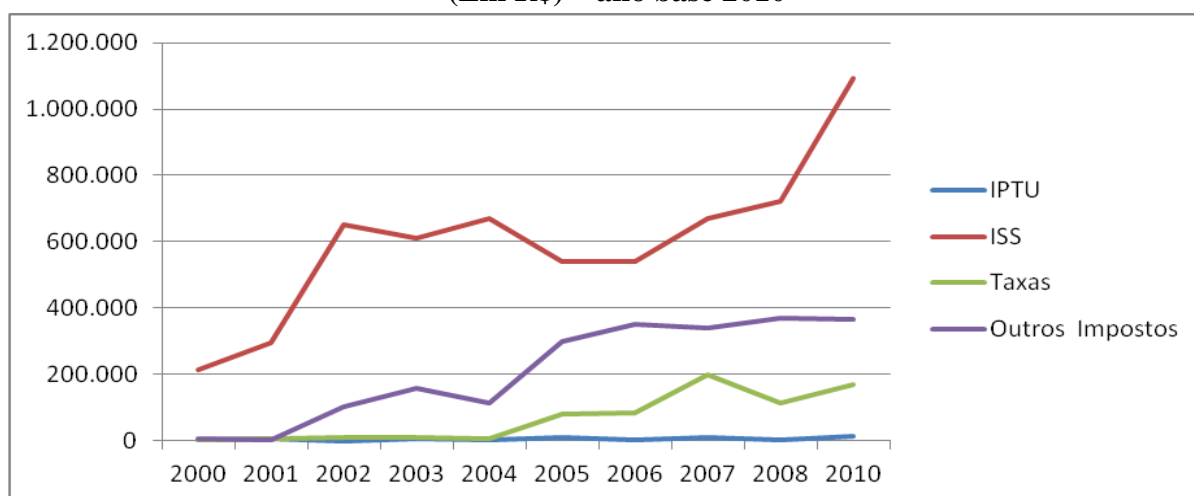
Nota: Não havia dados disponíveis para o ano de 2009

A arrecadação própria composta principalmente pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS) possuiu taxa de crescimento anual de 1,20% ao ano, resultado levemente maior que o crescimento verificado no período analisado para as transferências estaduais e federais que foram de 1,06% e de 1,12% ao ano respectivamente.

Verifica-se uma crescente arrecadação dos tributos de competência local, ainda que em um patamar bem inferior as demais transferências de outras esferas governamentais. Tal cenário indica uma menor tendência do governante local buscar fundos junto ao contribuinte local, devido ao desgaste político que possa ocorrer, uma vez que segundo Mendes (1998) os recursos recebidos por esferas superiores desestimulam o potencial de arrecadação dos municípios a fim de aumentar o poder de barganha do gestor.

A arrecadação própria do município ao longo da década é composta sobretudo pelo ISS, como mostra o Gráfico 9. Enquanto que apenas este imposto correspondia a R\$ 1,094 mi ou 66,5% de toda a arrecadação tributária local em 2010, o IPTU representava 0,84% deste total, ou em termos absolutos, R\$ 13.845,00, levando-se em consideração o deflacionamento pelo IGP-DI ano base 2010.

**Gráfico 9 - Caaporã: evolução e composição da receita própria 2000 a 2010
(Em R\$) – ano base 2010**

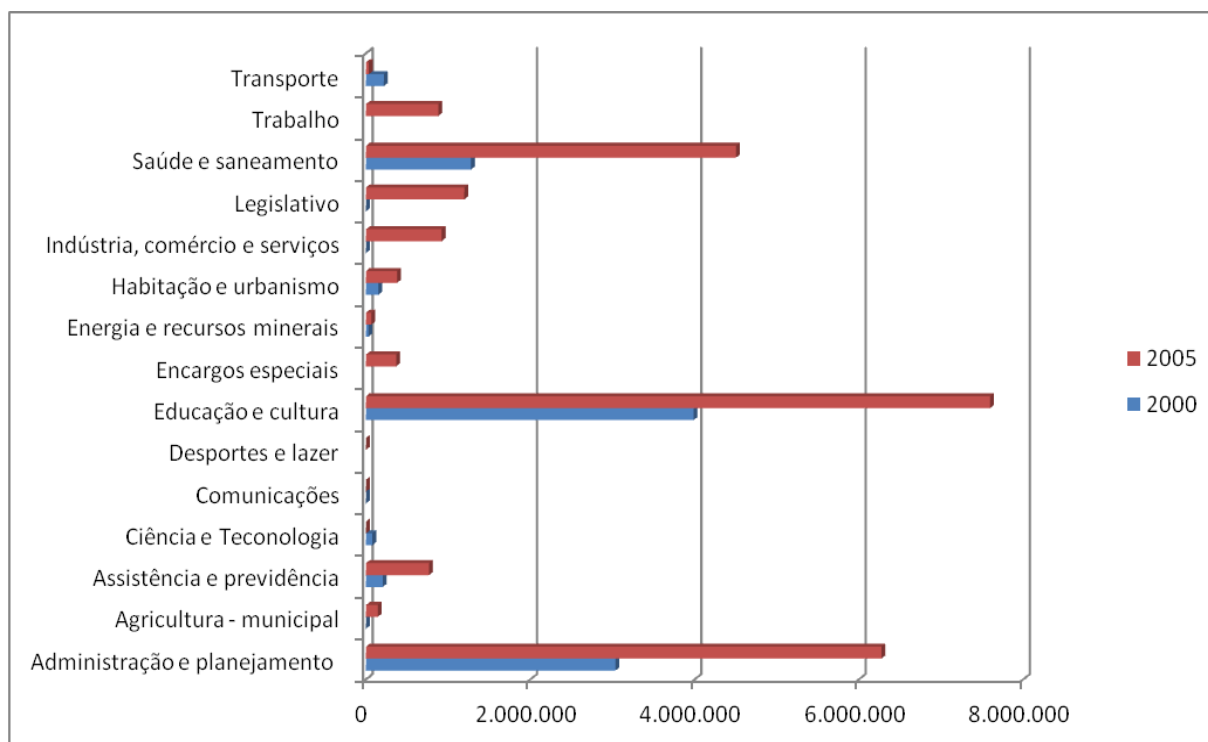


Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA (2015)

Nota: Não havia dados disponíveis para o ano de 2009

Quanto os dispêndios da administração local longo da década, o Gráfico 10 traz os montantes orçamentários destinadas as variadas despesas por função na pasta pública, concomitantemente evidencia as políticas públicas tidas como prioridade na gestão municipal.

Gráfico 10 - Caaporã: Despesa por função 2000 e 2005 (Em R\$) – ano base 2010



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA (2015)

Na primeira metade da década, os gastos com educação e cultura, administração e planejamento e o grupo de saúde e saneamento representaram as rubricas que se destacaram frente as demais.

Tendo em vista que determinadas por lei, as responsabilidades dos municípios estão em parte considerável direcionadas nos dois primeiros grupos, quais tratam da educação e saúde, o que explica a alocação de grande parte dos recursos nestas categorias.

A preços deflacionados, foram destinados em 2005 R\$ 7,5 milhões com educação e cultura, maior montante dentre as funções.

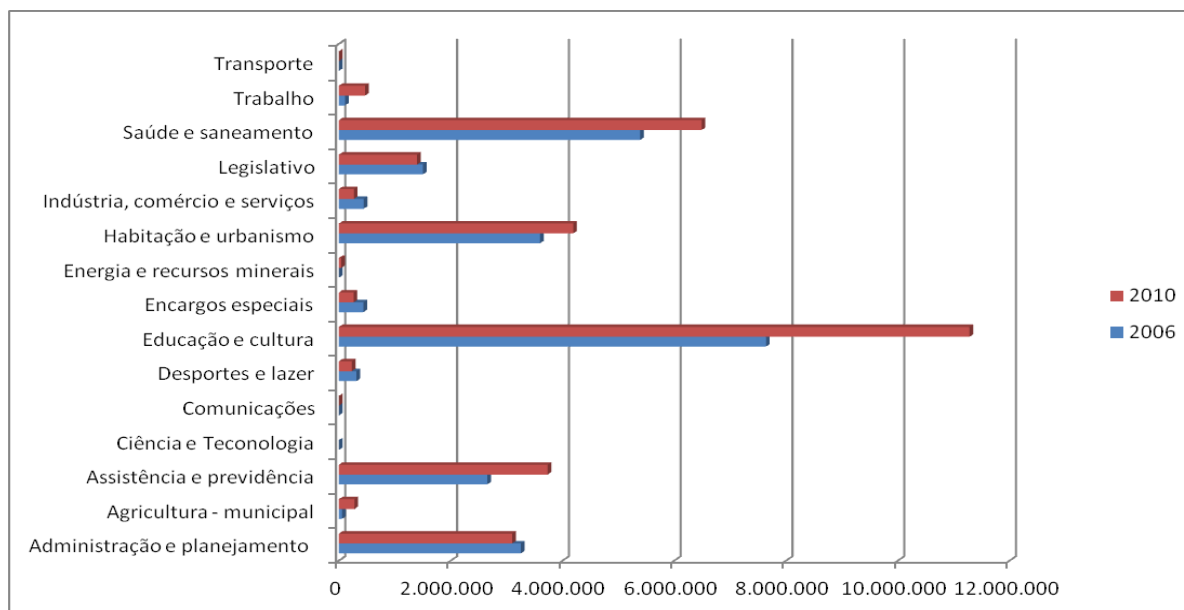
A administração e planejamento representou a segunda categoria que mais recebeu recursos, o equivalente a R\$ 6,27 mi. Já as despesas junto as responsabilidades de saúde e saneamento totalizaram R\$ 4,5, mi.

O gasto com educação evoluiu 90,51% de 2000 a 2005, enquanto que para o mesmo período considerado, a variação no gasto com saúde e saneamento foi de 252,21%. Para a rubrica da administração e planejamento ocorreu uma duplicação do montante destinado: 106,61%.

Ainda é possível visualizar funções que ganharam espaço na primeira metade da década, tais quais as do legislativo, a pasta de indústria, comércio e serviços, assim como a do trabalho.

Observa-se a volta do nível do montante destinado a rubrica de administração e planejamento verificado nos anos iniciais da série. O ano de 2005 correspondeu a observação com o maior valor gasto na pasta, R\$ 6,27 mil, porém entre 2006 e 2010 verifica-se que os gastos ficaram praticamente estáveis em patamar inferior, com uma média de R\$ 3,38 mi, apresentando comportamento semelhante ao do período compreendido entre 2000 e 2004, evidenciando que 2005 representou um ano atípico dos valores atribuídos nessa função.

Merecem destaque os montantes destinados aos grupos de educação e cultura e o de saúde e saneamento. Ao longo da década, os valores alocados às respectivas pastas apresentaram tendência crescente. O cenário das despesas por função na segunda metade da década pode ser visualizado no Gráfico 11,

Gráfico 11 - Caaporã: Despesa por função 2006 e 2010 (Em R\$) – ano base 2010

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do IPEA (2015)

O valor de R\$ 11.286.246,00 aplicado em educação e cultura foi 2,82 vezes maior que o valor observado em 2000. Enquanto que para o grupo de saúde e saneamento em 2010, o valor de R\$ 6.492.290,00 foi 5 vezes superior ao aplicado em 2000.

A partir de 2006, ganharam importância expressiva as áreas de habitação e urbanismo, e a rubrica de assistência e previdência, ambas se caracterizam pelo cunho social que possuem.

A pasta do legislativo, ao longo da década, viu os recursos a si destinados possuírem uma tendência ainda que modesta, crescente, ano a ano. Em 2002, R\$ 733.729,00 foram direcionados aos gastos com o poder legislativo, enquanto que em 2010 o montante foi de R\$ 1.400.270,00. Na contramão, a pasta trabalho perdeu força. Entre 2002 e 2005, a média aplicada a cada ano era de R\$ 944.748,00, enquanto que para o período entre 2006 e 2010 o montante caiu para R\$ 223.464,00.

Já os resultados do indicador que avalia a gestão dos recursos públicos, o Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF) para Caaporã mostram que o município desde 2006 possui uma gestão crítica, abaixo de 0,4 pontos em toda a série histórica. Seu melhor desempenho foi em 2007 quando o índice atingiu 0,330 pontos. Já em 2011 o índice caiu para 0,2878 apresentando uma redução de 33% em relação a 2007, seus resultados estão descritos na Tabela 5.

Tabela 5 - Resultados do IFGF e respectivas posições nos rankings estadual e nacional para o município de Caaporã de 2005 a 2011

	IFGF	Ranking Estadual	Ranking Nacional
2006	0,2910	177°	5149°
2007	0,3300	161°	4741°
2008	0,3260	187°	4745°
2009	0,1876	189°	5306°
2010	0,2138	181°	5264°
2011	0,2878	147°	4884°

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2014)

Tal situação repete-se em 94,5% das cidades do estado da Paraíba, onde estas foram caracterizadas a partir dos dados de 2011, em situação de gestão difícil ou crítica, ou ainda classificadas com os conceitos C ou D. O estado da Paraíba possuiu IFGF melhor apenas do que dois estados brasileiros, sendo eles Sergipe e Alagoas. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Em 2011, Caaporã ocupava a 147ª posição no ranking estadual do IFGF. Na microrregião em que está localizado, além de Caaporã, apenas Pedras de Fogo teve seu IFGF divulgado e que foi de 0,4133. Pitimbu e Alhandra não tiveram seus resultados divulgados devido a não constar suas informações fiscais no site do Tesouro Nacional a tempo de serem analisadas e publicadas no IFGF ano base 2011.

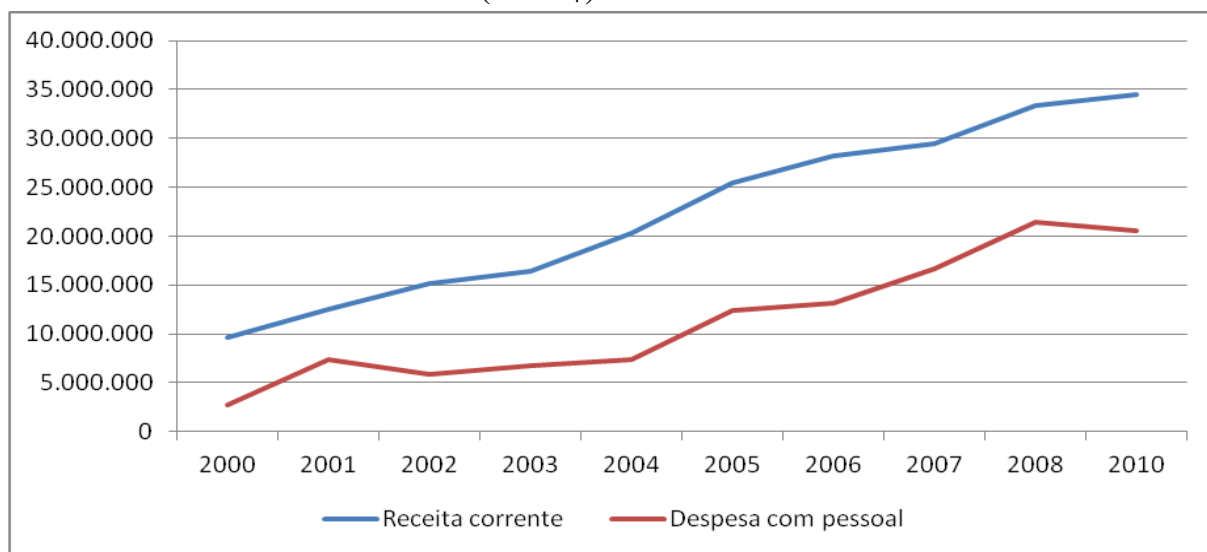
Mesmo com o IFGF-Receita Própria de 0,2548 em 2011, o município de Caaporã figurou entre os 20 municípios paraibanos que mais geraram receitas próprias. Este resultado deve-se a fragilidade no tocante a geração de recursos no território municipal, situação verificada entre grande parcela de municípios do país. Na Paraíba, 98% dos municípios possuíram nota inferior a 0,4 já na região Nordeste este índice foi de 96,1%, enquanto que no Brasil, 83,8% dos municípios receberam o mesmo conceito D. (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Também contribuíram negativamente para o resultado agregado do IFGF seus indicadores de Investimento e de Liquidez, refletindo a pequena parcela dos investimentos nos respectivos orçamentos e a escassez de recursos disponíveis no caixa caaporense para fazer frente ao montante da rubrica restos a pagar no referido ano. Para o IFGF-Investimento o melhor desempenho foi em 2010 quando Caaporã recebeu nota 0,3299, enquanto no mesmo ano ocupou sua melhor posição no ranking estadual: 127ª. Já para o IFGF-Liquidez em 2010 e 2011 ambos os resultados foram 0, fazendo Caaporã parte dos 57,3% dos municípios

paraibanos detentores do conceito D.

As despesas correntes, responsáveis pela manutenção e prestação dos serviços públicos oferecidos, em sua maior parte foram compostas pelo custeio de pessoal. O Gráfico 12 a seguir traz o crescente comprometimento do gasto com pessoal na cidade ao longo da década, sendo que em 2000, 27,73% das receitas correntes eram destinadas a esta rubrica, já em 2010 esta relação era de 59,62%.

Gráfico 12 - Receita corrente e despesa com pessoal para o município de Caaporã 2000 a 2010 (Em R\$) – ano base 2010



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEADATA (2015)

Nota: Não possuíam valores para o ano de 2009

De 2007 a 2010 o município possuiu gastos superiores com pessoal do que permite a LRF uma vez que nesse período teve atribuído ao indicador IFGF-Gastos com Pessoal¹⁰ a nota mínima. Em 2011 o índice melhorou substancialmente, quando apresentou o resultado de 0,5221, classificado com o conceito C, ou ainda como uma gestão em gestão em dificuldade.

¹⁰ O indicador utilizado pelo Sistema FIRJAN relaciona gasto com pessoal e a receita corrente líquida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o cenário recente do contexto socioeconômico do município de Caaporã, destacam-se como resultados o seu potencial econômico face as mudanças estruturais na região em que está inserido, devido a proximidade aos complexos industriais que se instalam na região de desenvolvimento da zona da Mata Norte Pernambucana, principalmente, no município vizinho, Goiana-PE.

Foi possível contatar que, em relação ao IFDM emprego e renda, Caaporã possuiu destaque entre os municípios paraibanos. Observou-se ainda, melhoria na qualidade e no acesso à educação ofertada no município. Dentre os subindicadores que compõe o IFDM, o mais frágil é o que diz respeito à Saúde, o qual o município mostrou-se com os piores resultados em sua microrregião.

Segundo o acompanhamento das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os cenários da condição de pobreza e de desnutrição da população experimentaram uma melhora significativa. A proporção da população que vivia abaixo da linha da pobreza foi reduzida à metade entre o início e os anos finais em que este estudo aborda, porém ainda é grande a parcela da população que sobrevive com menos de R\$ 140,00 per capita, totalizando 7.529 pessoas em 2010.

Comparando com as demais cidades de sua microrregião, Caaporã apresentou o maior índice de mães adolescentes, indicador que gera preocupação tendo em vista que muitas vezes essas adolescentes não estão preparadas para assumir tais responsabilidades, evidenciando a necessidade de políticas de conscientização e de prevenção a respeito quanto a gravidez precoce e a contaminação por doenças sexualmente transmissíveis.

No tocante aos aspectos de saneamento, a grande maioria da população possuía acesso a água encanada e usufruía do serviço de coleta de resíduos. Porém, em 2010, apenas 15,1% possuíam esgoto sanitário adequado com rede geral ou fossa séptica, aspecto limitante da qualidade vida dos cidadãos. No período estudado, o acesso a este serviço essencial ficou praticamente estagnado, sendo necessárias políticas que fortaleçam as condições adequadas e necessárias à saúde humana de coleta e tratamento de esgoto.

Percebeu-se a necessidade da execução, pela gestão local, de políticas públicas voltadas para a geração de emprego e renda, uma vez que as disparidades sociais preocupam, algo que se reflete também no acesso aos meios de comunicação, onde aproximadamente 9% da população urbana possuía microcomputadores, dentre estes, somente 5% tinham acesso à internet.

Quanto ao comportamento das finanças públicas do município, observou-se o crescimento das receitas orçamentárias, resultante principalmente dos repasses das transferências intergovernamentais oriundas do Fundo de Participação do Município e das transferências de ICMS.

Vale ressaltar o baixo percentual de geração de receita própria em relação a receita tributária total, entretanto, o município possuiu indicador superior a grande maioria dos municípios paraibanos.

No que se refere à avaliação do gerenciamento dos recursos públicos, Caaporã apresentou um índice de gestão fiscal considerado insatisfatório, comportamento observado em quase totalidade dos municípios da Paraíba, onde 94,5% de seus municípios possuíam gestão crítica ou em dificuldade.

O elevado grau de comprometimento das despesas com pessoal contribuiu para a deterioração do resultado do IFGF da prefeitura de Caaporã, o que acarretou no engessamento orçamentário.

Seria oportuno um planejamento da gestão pública local através de correções quanto ao manejo e distribuição dos dispêndios públicos. Por outro lado, destaca-se a importância da efetivação de políticas públicas orientadas para o fortalecimento das vocações locais e das potencialidades dos indivíduos ali residentes, os quais são os verdadeiros protagonistas do processo da transformação da realidade em que vivem.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Cláudio Gonçalves. A redefinição do papel do Estado no âmbito local. **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 3, p. 40-47, jul/set. 1996. Disponível em: <http://www.cedec.org.br/files_pdf/AredefinicaodopapeldoEstadonoambitolocal.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2014.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio 2000.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. Manual técnico de orçamento MTO. Versão 2012a. Brasília, 2011. 167 p. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/sof/mto/MTO_2012.pdf>. Acesso em 06 fev. 2015.

_____. Procedimentos Contábeis Orçamentários: Despesa Orçamentária. Manual de Contabilidade aplicada ao Setor Público. Tesouro Nacional. 2012b. Slide. Disponível em: <http://planejarjf.com.br/downloads/4_Despesa_orcamentaria.pdf>. Acesso em 06 fev. 2015.

BATISTA, PAULO Nogueira. **O Consenso de Washington**. A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. 1994.

DATA, IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso 07 fev. 2015.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal: Ano-Base 2011. Nota metodológica. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CEC462AE9DE0146727874AD08FA>>. Acesso em: 9 jul 2014.

_____. Índice FIRJAN de Gestão Fiscal: Ano-Base 2011. Notas metodológicas. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.firjan.org.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C908CEC4061424F014141B81B560D53>>. Acesso em: 7 jul 2014.

FONSECA, Antônio Ângelo Martins da. **Descentralização e estratégias institucionais dos municípios para a captação de recursos**: um estudo comparativo entre Feira de Santana, Ilhéus e Vitória da Conquista/Bahia–1997-2003. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

FRANCO, Augusto de. Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: Dez Consensos. In: **Revista Proposta**: Rio de Janeiro, n. 78, ano 27, p. 6-19, set/nov. 1998. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/acervo/10_augusto_de_franco.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2014.

FUKUDA-PARR, Sakiko et al. **Readings in human development: concepts, measures and policies for a development paradigm**. Oxford University Press, USA, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto dos municípios**: 2006-201. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?u=ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2011/base/base_2006_2011_xls.zip>. Acesso em: 3 jun. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea, 2010.
_____. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Relatório nacional de acompanhamento. Brasília: Ipea, 2014.

KLIKSBERG, B. **Repensando o Estado para o desenvolvimento social**: superando dogmas e convencionalismos. São Paulo: Cortez, 1998.

KON, Anita. “Tecnologia e Trabalho no Cenário da Globalização”. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; RESENDE, Paulo-Edgar A. *Desafios da Globalização*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LIMA, Lúcia Santos. **A História de Caaporã**. 2 ed João Pessoa: União. 2014.

MACHADO, João Guilherme Rocha. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas da atuação do PNUD. **Economia e Sociedade**, v. 17, n. 1, p. 53-84, 2008.

MENDES, Marcos José. **Incentivos eleitorais e desequilíbrio fiscal de estados e municípios**. São Paulo, 1998.

MOSTRA CAAPORÃ. Praça do Colorido em Caaporã. 2015. 1 fotografia. Disponível em: <<http://mostracaaporaparaiba.blogspot.com.br/2013/12/parabens-caapora-pelos-seus-50-anos.html>>. Acesso em 27 fev. 2015.

PORTAL ODM. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/>>. Acesso em: 22 dez. 2014.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA), FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, 2013. 96p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/idhm-brasileiro-atlas-2013.pdf>>. Acesso em 5 fev. 2015.

REIFF, Luís Otávio de Abreu; SANTOS, Gustavo Antonio Galvão dos; ROCHA, Luís Henrique Rosati. Emprego formal, qualidade de vida e o papel do BNDES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 5-26, 2007.

REZENDE, María José de. Os objetivos de desenvolvimento do milênio da ONU: alguns desafios políticos da co-responsabilização dos diversos segmentos sociais no combate à pobreza absoluta e à exclusão. **Investigación & Desarrollo**, v. 16, n. 2, p. 184-213, 2008.

SANTO, Augusto Hasiak. Causas mal definidas de morte e óbitos sem assistência. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v. 54, n. 1, p. 23-8, 2008.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

STIGLITZ, Joseph E. **Em busca de um novo paradigma para o desenvolvimento: estratégias, políticas e processos**. Palestra proferida no UNCTAD, Genebra. Banco Mundial, 1998. Disponível em: <http://www.nead.gov.br/portal/nead/arquivos/view/textos-digitais/Artigo/arquivo_63.pdf>. Acesso em: 18 mai. 2014.

_____. **A Globalização e seus Malefícios**. São Paulo: Futura. 2002a.

_____. Políticas de desenvolvimento no mundo da globalização. **Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo**. BNDES, 2002b.

TAVARES, Alexsandra. Divisa cheia de oportunidades. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 15 jun. 2014. Folha Economia, p 1-3.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. **Salvador: AATR**, 2002.

UNDP - UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 1990**. New York: Oxford University Press, 1990. 189 p. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2014.

VELLOSO, Raúl. **Ajuste do gasto da união e retomada do crescimento econômico**. São Paulo: Etco, 2006. Disponível em: <http://www.etco.org.br/user_file/etco_Raul_Velloso_ajuste.pdf>. Acesso em: 05 jun 2014.

WIKIPÉDIA. Localização geográfica de Caaporã. 2015. 1 mapa. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Caapor%C3%A3>>. Acesso em: 27 fev. 2015.